

Secretaria
de Educação



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**
ESTADO DE MUDANÇA

**ORGANIZADOR CURRICULAR
TRIMESTRAL**

GEOGRAFIA

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS



CRÉDITOS

Secretária de Desenvolvimento da Educação

Ana Lúcia Barbosa dos Santos Paes de Souza

Gerente Geral de Anos Finais do Ensino Fundamental

Eduardo de Santana Romão Andrade

Gestora de Anos Finais do Ensino Fundamental

Thais Maria Cecília da Paz

Chefe de Unidade de Formação e Currículo

José Wilson Pereira

Chefe de Unidade de Educação Integral

Patrícia Morgana Andrade de Santana

Chefe de Unidade de Gestão das Aprendizagens

Luiz Augusto de Almeida Mascarenhas Leite

EQUIPE TÉCNICA PEDAGÓGICA

MATEMÁTICA

Jaelson Dantas
Eber Gustavo
José Wilson
Adalberto Teles
Luiz Leite
Almir Serpa
Marivânia Aragão

LÍNGUA PORTUGUESA

Wanda Cardoso
Samule Lira
Robson Anselmo
Cristiane Cavalcante
Luciana Fernandes
Eduardo Andrade
Thais Cecília

GEOGRAFIA

Carlos Avelar
Sônia Magali

EDUCAÇÃO FÍSICA

Júlio Rodrigues
Fabiola Oliveira
Patrícia Morgana

LÍNGUA INGLESA

Raquel Freitas
Jamesson Marcelino

ARTE

Anderson Leone
Adriana Freitas

CIÊNCIAS

Jacineide Arcanjo
Sandra Vasconcelos
Rosinete Salviano

HISTÓRIA

Maria Lúcia

ENSINO RELIGIOSO

Robson Anselmo
Evaldo Dantas

DIAGRAMAÇÃO

José Wilson Pereira

Estagiários: Mariana Maia Oliveira Guedes
Pedro Henrique Francisco do Nascimento
Ellana Sophia da Silva Moreira
Ingrid Thainá Santos da Silva

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO.....	8
1.2 CONCEPÇÕES SOBRE O CURRÍCULO.....	11
1.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES.....	13
1.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO.....	15
1.5 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES.....	16
1.6 COMPETÊNCIAS GERAIS.....	18
1.7 CONCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	19
1.8 FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	22
1.9 AVALIAÇÃO DA, PARA E COMO APRENDIZAGEM.....	25
1.10 TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES DO CURRÍCULO.....	27
1.11. O DOCUMENTO E SUA ORGANIZAÇÃO.....	35
REFERÊNCIAS.....	37
2. ENSINO FUNDAMENTAL.....	42
2.1 O ENSINO FUNDAMENTAL E SUAS FASES.....	42
2.2 A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS.....	43
2.3 A TRANSIÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS PARA OS ANOS FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	49
3. ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS - GEOGRAFIA.....	50
3.1. ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS.....	50
3.2 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.....	52
REFERÊNCIA.....	54
4. GEOGRAFIA.....	55
4.1 GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS.....	57
4.2 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE GEOGRAFIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.....	59
ORGANIZADOR CURRICULAR POR TRIMESTRE.....	62
6º ANO.....	62
7º ANO.....	67
8º ANO.....	72
9º ANO.....	80
REFERÊNCIAS.....	88
FICHA TÉCNICA.....	90

APRESENTAÇÃO

Olá, Professor(a)!

O presente documento tem por objetivo dinamizar o acesso ao conteúdo do Currículo de Pernambuco – Ensino Fundamental (CPE-EF), no sentido de facilitar seu acesso diante das demandas cotidianas e inerentes à prática pedagógica da/ na Educação Básica. Sendo assim, sua elaboração leva em conta a função norteadora desempenhada pelo CPE-EF em sua relação com seu manuseio facilitado em termos de agilidade e de correlação com as realidades constituintes de cada contexto escolar e dos saberes a serem ensinados e aprendidos nas aulas de cada Componente Curricular devidamente situados em suas respectivas Áreas do Conhecimento Escolar.

A necessidade de compartimentalizar CPE-EF por componente curricular surge para facilitar a rotina pedagógica do professor no acesso ao CPE-EF de seu componente curricular em sua área específica do conhecimento. No entanto, essa divisão mantém as diretrizes e pressupostos norteadores da construção do CPE-EF em correlação às especificidades do Ensino Fundamental, bem como a caracterização e a delimitação específica e particularizada de cada Área do Conhecimento Escolar em razão dos Componentes Curriculares que as constituem, sem que se perca o caráter de unicidade inerente ao documento original.

Dessa forma, ficam mantidos todos os princípios norteadores do CPE-EF: equidade e excelência, formação integral, educação em direitos humanos e inclusão, garantindo um processo de ensino e aprendizagem democrático, voltado para a construção de uma educação de qualidade, comprometida com a justiça e a inclusão, mantendo o diálogo como importante ato na busca do conhecimento de todos que constroem o processo educativo no seu cotidiano (FREIRE, 1987). O respeito e uso desses princípios norteadores em sala de aula colaboram para a construção de uma educação que incentiva o protagonismo estudantil como mecanismo para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres para a construção de uma sociedade mais justa e humanitária.

Sob o viés e a intencionalidade pedagógicos citados acima, no redimensionamento dos componentes curriculares dos quais trata cada volume integrante desta proposta, é possível verificar de forma mais prática e detida as características, potencialidades e possibilidades de apropriação e de materialização autônoma das propostas trazidas pelo CPE-EF para o cotidiano das aulas dos Componentes Curriculares que constituem cada Área do Conhecimento Escolar; facilitando, assim, tanto a dinâmica interna de cada um deles, quanto suas respectivas perspectivas de articulação interdisciplinar frente à dinâmica interna de cada Área a qual pertença.

O CPE-EF está organizado por componente curricular, conforme suas áreas de conhecimentos. Cada documento está constituído respeitando-se a originalidade do documento original, que traz em seu bojo CONCEPÇÕES SOBRE O CURRÍCULO, PRINCÍPIOS NORTEADORES, EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES, COMPETÊNCIAS GERAIS, CONCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM, FORMAÇÃO DE PROFESSORES, AVALIAÇÃO DA, PARA E COMO APRENDIZAGEM, TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES DO CURRÍCULO: Educação em Direitos Humanos – EDH, Direitos da Criança e Adolescente, Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso, Educação Ambiental, Educação para o Consumo e Educação Financeira e Fiscal, Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, Diversidade Cultural, Relações de Gênero, Educação Alimentar e Nutricional, Educação para o Trânsito, Trabalho, Ciência e Tecnologia, Saúde, Vida Familiar e Social,

ÁREA DE LINGUAGENS, situada entre as páginas 67 e 350 do CPE-EF e constituída pelos Componentes Língua Portuguesa, Educação Física, Língua Inglesa e Arte, parte da compreensão da linguagem como produção cultural decorrente da capacidade humana de produzir e compartilhar sentidos, de atribuir significados e, assim, de construir subjetividades a partir e através do viés eminentemente dialógico e interativo que permeia a totalidade das relações envolvidas em cada um destes processos.

ÁREA DE MATEMÁTICA, que no CPE-EF encontra-se entre as páginas 351 e 426, tem por objetivo situar as práticas matemáticas historicamente constituídas, a partir do aporte de sua relevância para a humanidade em virtude de suas implicações nos processos dialógicos e relacionais do ser humano em sociedade dos quais a sua crescente pertinência derivam.

ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA, localizada entre as páginas 429 e 466 do CPE-EF e materializada no Componente Curricular Ciências, busca dimensionar as reformulações desencadeadas historicamente no ensino de Ciências, situando a produção do conhecimento científico nos processos históricos dos quais sua pertinência e funcionalidade frente às demandas sociais e culturais contemporâneas e a partir de suas contribuições frente à relação pedagógica existente entre os processos de produção e de transmissão do conhecimento sobreleva.

ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS, constituída pelos Componentes Geografia e História é situada entre as páginas 467 e 560, ao atribuir cientificidade ao fenômeno humano considerado individual ou socialmente, abordam as possibilidades de compreensão e de explicação dos aspectos dele decorrentes com vistas à promoção do reconhecimento interindividual da importância da formação dos seres humanos em sua integralidade, mediante entendimento e respeito das relações mantidas entre si e com o meio ambiente.

ÁREA DE ENSINO RELIGIOSO, materializada no Componente Curricular homônimo e localizada entre as páginas 561 e 585 do CPE-EF, contempla evidência, mediante processo de transposição didática radicado nas Ciências da Religião, a relevância histórica e sociocultural dos saberes oriundos da religiosidade, do sistema de crenças e, vinculados a eles, dos valores morais-éticos que historicamente fazem parte das produções humanas, com vistas a contribuir para a leitura, interpretação, compreensão da realidade rumo a uma intervenção sensível, consciente e fundamentada sobre os aspectos que a compõem.

Este documento foi feito pensando em você. O desmembramento dos conteúdos constituintes de cada Área do Conhecimento Escolar e sua reorganização em documentos individualizados, visando facilitar o trabalho dos professores em seu fazer pedagógico diário.

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO

Este documento curricular é fruto de uma articulação entre a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/PE). Tem por base os Parâmetros Curriculares de Pernambuco - PCPE (2012), que atendem ao ensino fundamental, ao ensino médio e à educação de jovens e adultos; as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - DCN (2013) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil e ensino fundamental, homologada em dezembro/2017. Contudo, antes de seguir com a apresentação deste documento, vale salientar que Pernambuco há algum tempo já disponibiliza documentos orientadores que sinalizavam para a construção do currículo, tais como a Base Curricular Comum para as redes públicas de ensino de Pernambuco - BCC (2008) e as orientações Teórico-Metodológicas para o ensino fundamental - OTM (2008), e que foram o ponto de partida para a elaboração dos Parâmetros Curriculares de Pernambuco em 2012.

Também não é nova a parceria entre o Estado e a UNDIME/PE, a exemplo da construção dos Parâmetros Curriculares de Pernambuco que resultaram da soma de esforços das duas instituições, e da escuta de mais de 5.000 (cinco mil) professores¹ das universidades públicas, redes municipais e rede estadual de ensino. Nesse processo, foram também elaborados outros documentos curriculares: os Parâmetros Curriculares na Sala de Aula (2013), os Parâmetros de Formação Docente (2014) e os Padrões de Desempenho Estudantil (2014).

No que se refere à educação infantil, os documentos curriculares elaborados pelos municípios, geralmente propostas pedagógicas, também serviram de base para a construção do presente documento curricular, bem como

¹ Este documento considera a igualdade de gênero, entretanto, optou por adotar a norma padrão da Língua Portuguesa, a qual prescreve a indicação do masculino genérico para designar o gênero masculino e feminino.

as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009).

Deve-se destacar que historicamente esse momento de elaboração do PCPE foi ímpar na construção do primeiro documento curricular para a educação infantil articulado entre o estado de Pernambuco e seus municípios.

Por sua vez, a necessidade da elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular também não é pauta recente para a Educação no Brasil. Essa necessidade vem sendo evidenciada na Constituição Federal de 1988 (1988, art. 210), na Lei 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996, art. 26), nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2010) e em outros documentos, frutos de discussões promovidas por todos os setores da sociedade de envolvimento significativo para a Educação. Além disso, a construção de uma BNCC está indicada nas propostas da Conferência Nacional de Educação - CONAE (2014) e no Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) em diversas estratégias.

Desde a primeira versão, em 2015, e também no Seminário Estadual da BNCC, em 2016, a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco e a UNDIME/PE atuaram colaborativamente na orientação e mobilização de professores.

Com a homologação da BNCC, em 2017, Estado e UNDIME/PE iniciaram uma nova fase voltada para construção deste documento curricular. Instituiu-se a Comissão Estadual de Construção Curricular por meio da portaria nº. 858, de 02 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado, constituída por representantes da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, UNDIME/PE, Conselho Estadual de Educação (CEEPE) e União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME).

Com o apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação (MEC), de acordo com a portaria nº.331, de 05 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União, foi constituída uma equipe composta por redatores, coordenadores das etapas da Educação Infantil, anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental, articulador municipal e coordenadores estaduais, os quais atuariam de forma mais efetiva no processo de construção do documento curricular em Pernambuco.

Mantendo o perfil democrático de construção já característica do Estado, essa equipe recebeu contribuição de outros profissionais e especialistas (professores de universidades públicas e particulares e das redes estadual, municipal e escolas privadas).

Estabelecidos os papéis de atuação e seus autores, Pernambuco definiu seu planejamento para construção curricular tendo como fundamento maior a necessidade de ampliar o debate com os profissionais da educação. Assim sendo, houve mobilização das escolas das redes municipais, estadual e privada para fazerem suas contribuições relativas às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar na perspectiva de garantir a contextualização, ampliação ou aprofundamento das habilidades já previstas na BNCC de forma a se construir um documento curricular que contemplasse a identidade cultural, política, econômica e social do Estado.

As contribuições das escolas foram consolidadas e incorporadas à versão preliminar do documento que foi discutida, em seis seminários regionais realizados em agosto e setembro de 2018, com a participação de professores das universidades públicas, particulares e de autarquias municipais, professores das redes municipais, da rede estadual, das escolas privadas, representantes do Conselho Estadual de Educação, da UNCME, do SINEPE/PE (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de Pernambuco) e de outras entidades da sociedade civil.

As colaborações advindas dos seminários regionais, que contaram com a participação de, aproximadamente, 2.100 professores, juntamente com sugestões recebidas via plataforma digital, foram incorporadas ao documento curricular, constituindo a segunda versão. Essa versão foi apresentada e validada em Seminário Estadual com participação de cerca de 500 profissionais da educação. Após esse evento, as alterações sugeridas foram consolidadas e incorporadas à versão final do currículo do estado de Pernambuco, o qual foi enviado para análise e parecer do Conselho Estadual de Educação.

Assim, mais uma vez, Pernambuco constrói um currículo que valoriza, em diálogo com a comunidade educativa e com a sociedade, a identidade social, cultural, política e econômica de seu povo, como também os princípios éticos e

humanos, contribuindo, dessa maneira, para a formação de sujeitos autônomos, criativos e críticos que exerçam plenamente sua cidadania ativa.

Este documento curricular também será base para a construção do currículo das diferentes modalidades de ensino. Nesse sentido, é preciso elaborar/revisar documentos curriculares próprios que atendam às suas especificidades culturais, econômicas, políticas e sociais, mas também garantam o pleno acesso aos conhecimentos definidos pela BNCC para todos os estudantes. A educação especial, transversal a todas as etapas e modalidades da educação básica, está contemplada na perspectiva inclusiva em que a educação de Pernambuco se fundamenta e será abordada neste documento em tópico mais adiante.

1.2 CONCEPÇÕES SOBRE O CURRÍCULO

A elaboração de um currículo está sujeita a uma multiplicidade de interpretações, visto que não há um consenso teórico sobre o que ele vem a ser, bem como sobre sua finalidade, pois não há uma definição que seja neutra. Sendo uma construção social (GOODSON, 1997), ele reflete um momento político, histórico, econômico, cultural e de projetos da sociedade. O Currículo de Pernambuco não surgiu do vazio; ele é a consolidação das diferentes formas de pensar e fazer o processo educativo das diversas instâncias de construção curricular, assim como das indagações existentes nas escolas sobre a Educação, sobre a sociedade e sobre os conceitos que fundamentam o currículo enquanto definidor do que se deve ensinar e aprender, sempre tomando como ponto de partida a problematização das necessidades inerentes às práticas educativas.

Pensando dessa forma, o currículo não é meramente uma prescrição, mas, acima de tudo, um campo de lutas e tensões que traduz a escola e a sociedade que se pretende construir (SILVA, 2002). Compreendido como fruto de uma construção coletiva e democrática, ele não visa aqui apenas definir os conhecimentos a serem aprendidos e ensinados, mas permitir práticas educativas críticas, reflexivas e contextualizadas, que estejam pautadas na dialogicidade como ato primordial na busca do conhecimento daqueles que fazem o processo educativo no seu dia a dia (FREIRE, 1987).

Para essa construção, foram utilizados como referência, sobretudo, os documentos normativos nacionais e locais, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2010), dos Parâmetros Curriculares de Pernambuco (2012) e da Base Nacional Comum Curricular (2017).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos definem currículo como “experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos” (Resolução CNE/CEB nº 7/2010, p.3). Os Parâmetros Curriculares de Pernambuco apresentam o Currículo “como sendo um conjunto de conhecimentos, habilidades e competências” (PERNAMBUCO, 2012, p.23).

Dessa maneira, considerando os conceitos já adotados por esses documentos, o currículo é aqui compreendido como fruto de uma construção coletiva que envolve diversas etapas, instâncias, sujeitos, intenções e finalidades. Pode-se assim dizer que ele traduz a escola, norteia as relações que são estabelecidas dentro e fora dela e se constitui como um dos elementos responsáveis pela formação humana na instituição escolar.

Nessa direção, a BNCC foi uma referência imprescindível para a elaboração curricular. A BNCC define uma série de orientações que direcionaram os partícipes na elaboração do Currículo de Pernambuco. Assim, a Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo de referência que teve por objetivo direcionar as redes de ensino e as escolas para o desenvolvimento de práticas que conduzam à construção de competências, habilidades, atitudes e valores humanos na perspectiva de uma formação integral dos estudantes.

Compreendido dessa forma, o Currículo de Pernambuco se apresenta como um elemento que integra a dimensão humana aos requisitos necessários para a vida em sociedade, buscando ofertar uma formação integral aos sujeitos do processo educativo, possibilitando aos estudantes e professores compreenderem diferentes dimensões da vida e do ser social.

Reconhecendo o cenário de uma sociedade em permanente processo de

mudança e sujeita a rápidas transformações, o Currículo de Pernambuco tem como perspectiva estar atrelado às práticas sociais dos estudantes, de modo a permitir-lhes (res)significar seus próprios saberes, a partir do diálogo com aqueles socialmente construídos pela humanidade; e garantir a todos a igualdade de acesso aos conhecimentos no espaço escolar.

Dessa forma, faz-se necessário que as práticas pedagógicas promovam o desenvolvimento integral dos estudantes e sua preparação para a vida, para o trabalho e para a cidadania, a fim de que se tornem, progressivamente, sujeitos sociais e protagonistas aptos a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária.

1.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES

Ao reconhecer a educação como um direito humano, o Currículo de Pernambuco define como eixo norteador o fortalecimento de uma sociedade democrática, igualitária e socialmente justa. Para tanto, adota como princípios orientadores: equidade e excelência, formação integral, educação em direitos humanos e inclusão.

Considerar a equidade e a excelência como princípios norteadores é compreender que todos têm direito à aprendizagem e que as necessidades de uns diferem das de outros, cabendo ao sistema educacional atender a todos, em suas especificidades, com qualidade. A excelência nas aprendizagens só faz sentido se acompanhada da equidade.

Dessa forma, apenas garantir o acesso à educação não é suficiente para a promoção da justiça e da inclusão social como também não é para a consolidação da democracia. É imperativo que o Estado promova políticas públicas que assegurem a permanência com sucesso do estudante na escola, visto que se os processos educativos não forem de qualidade e adequados às reais necessidades, também o impedirão de ter acesso aos bens sociais e culturais, promovendo exclusões da vida do trabalho e do exercício pleno da cidadania.

É no bojo da equidade e do direito à aprendizagem, com vistas a uma educação de qualidade e comprometida com a justiça e a inclusão, que se dá a

formação integral do ser. Essa perspectiva de formação visa ao desenvolvimento do sujeito em todas as suas dimensões, pois o enxerga não apenas cognitivamente, mas também social, emocional, cultural, espiritual e fisicamente. Nesse sentido, um currículo pautado na formação integral considera o estudante como centro do processo pedagógico e compreende que todas as ações voltadas para as aprendizagens devem ser construídas, avaliadas e reorientadas a partir dos contextos, interesses e necessidades dos estudantes, proporcionando, portanto, o desenvolvimento integral e entendendo que todos são capazes de aprender, ainda que em tempos e formas diferentes.

Nessa ótica, é necessário não confundir formação integral com escola em tempo integral. Embora a ampliação da carga horária nos espaços de aprendizagem coopere para a formação integral dos sujeitos, mais do que aumentar o tempo e as atividades escolares, a formação integral se compromete com o diálogo entre os diversos conhecimentos curriculares e a realidade dos estudantes, com a transversalidade e a interdisciplinaridade. A formação dessa natureza defende, principalmente, que o respeito às diversidades culturais, religiosas, étnicas, raciais, sexuais e de gênero não seja apenas um princípio, mas também uma estratégia formativa para o desenvolvimento de crianças, jovens e adultos nas suas multidimensionalidades.

A Educação em Direitos Humanos contribui para esta visão quando parte do princípio de que todas as pessoas são iguais perante a lei e que, portanto, as diferenças são partes integrantes de cada pessoa e que as especificidades devem ser consideradas e respeitadas em todo processo social, cultural e educativo. Ao se falar de inclusão, pressupõe-se o respeito às diversidades, a valorização das diferenças e, portanto, a necessidade de se repensar as práticas pedagógicas, considerando as especificidades de cada estudante e seu projeto de vida, possibilitando o acolhimento e a aprendizagem de todos no espaço plural escolar (Lei nº 13.146/2015).

Por fim, esses princípios ora citados constituem os fundamentos de todas as práticas educativas apresentadas no Currículo de Pernambuco e, dessa forma, indicam para a sociedade os sujeitos que se deseja formar: indivíduos com valores éticos e humanos, conscientes de suas responsabilidades e direitos,

dispostos a construir uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, bem como capazes de intervir na realidade e contribuir para o desenvolvimento da humanidade.

1.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

O documento *A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (MEC/SECADI, 2008) é fundamental como referência para a construção da Base Nacional Curricular Comum – BNCC. Objetiva o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial nas escolas comuns. Representa um importante marco teórico e político que define a educação especial como modalidade não substitutiva à escolarização, elabora o conceito de Atendimento Educacional Especializado – AEE, com enfoque exclusivamente pedagógico, complementar ou suplementar à formação dos estudantes e define o público-alvo da educação especial como aquele constituído pelos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A Política defendida neste documento orienta as redes públicas dos estados e municípios para a promoção de respostas às necessidades educacionais específicas de cada estudante; propõe uma transformação social, pois parte do princípio do direito humano à educação e compreende a escola como um espaço realmente de todos os estudantes. Dessa forma, ao possibilitar a cada estudante reconhecer-se nas suas diferenças e singularidades como parte integrante do ser humano, contribui para a efetivação e exercício de sua plena cidadania.

Coadunando com esta perspectiva, no Currículo de Pernambuco, a educação especial é definida como uma modalidade de ensino que transversaliza todas as etapas e modalidades, identifica e disponibiliza recursos e serviços, orientando quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem e realiza o Atendimento Educacional Especializado/AEE junto aos estudantes matriculados nas turmas comuns do ensino regular, garantindo ações pedagógicas a fim de proporcionar a plena participação dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Vale destacar o papel importante do AEE, que visa promover a autonomia e independência do estudante e deve ser ofertado em turno diferente, preferencialmente nas Salas de Recursos Multifuncionais/SRMs da mesma escola ou nas de escolas circunvizinhas. O sucesso desse atendimento depende da articulação entre o professor do AEE e o professor da sala regular; esta parceria é fundamental para garantir maior qualidade do atendimento às necessidades específicas do estudante. Isto porque uma das premissas do AEE é a individualização do ensino, conduzindo a ressignificação da prática pedagógica do professor regente e a potencialização dos espaços educativos destinados ao estudante com deficiência com base no Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, elaborado pelo professor do Atendimento Educacional Especializado.

Por fim, é preciso ressaltar a importância de contemplar o Plano de Ação Inclusiva no Projeto Político Pedagógico/PPP das escolas ao longo de todo o processo de escolarização, o que permitirá ao estudante reconhecer-se, no ambiente escolar, como parte integrante da comunidade a qual pertence.

1.5 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Na sociedade atual, o processo de globalização e os impactos das novas tecnologias impulsionaram novos olhares, novos conceitos e, sobretudo, novas posturas no campo educacional. O processo de ensino e aprendizagem passou a exigir das práticas pedagógicas a organização de um currículo voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades, novas formas de apropriação e compreensão de conhecimentos e saberes que possibilitem a formação dos sujeitos numa perspectiva integral, dinâmica e contemporânea.

Nesse cenário, a função da escola enquanto instituição formal é buscar adaptar-se aos novos valores culturais que a sociedade vem experimentando, bem como aos desafios de um mundo globalizado e conectado com as diversas formas de produção do conhecimento e seus usos nos diversos espaços e tempos da sociedade.

De fato, são mudanças que exigem do contexto educacional práticas pedagógicas que desenvolvam nos estudantes competências e habilidades para enfrentar desafios e resolver problemas. Por conseguinte, os conteúdos

trabalhados não só precisam ser compreendidos e alcançados pela capacidade cognitiva, mas também relacionados com as demais capacidades (ZABALA, 1998) para que o processo de ensino e aprendizagem seja interessante e significativo.

Nessa perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC propõe, enquanto documento normativo, mudanças no como e para que construir as aprendizagens que sejam essenciais às crianças, aos jovens e aos adultos da Educação Básica. É nessa lógica que compreendemos a escola enquanto espaço e tempo de aprendizagem que deve favorecer a formação de esquemas de ações e de interações estáveis que, de forma dependente, possam ser utilizadas nos diversos contextos sociais (PERRENOUD, 1999).

Dessa forma, educar por competências configura repensar e reorganizar os conteúdos, de tal modo que tenham sentido e significado para os estudantes. É criar situações-problema, contextualizando a prática educativa com as suas vivências e os seus saberes, como defendido por Silva e Felicetti (2014, p. 18) ao ressaltarem que “situações-problema necessitam ser criadas, inovadas e devem ter relação com o cotidiano do educando, para que assim possam ser desenvolvidas novas habilidades e competências”.

Isto posto, o Currículo de Pernambuco, fundamentado na BNCC, torna-se um instrumento de referência indispensável a todas as etapas e modalidades da Educação Básica, e a escola deve, por sua vez, oferecer situações que favoreçam o desenvolvimento de habilidades e, com efeito, novas competências que, nas práticas cotidianas, possibilitem a resolução do saber fazer e do saber agir nos diversos espaços sociais, bem como propor um redirecionamento para os pilares da educação de Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a viver juntos e Aprender a ser (DELORS, 1996).

Nesse contexto, é necessário que os professores se apropriem desses pressupostos e planejem suas práticas pela abordagem de competências, desconstruam conceitos que ainda estão cristalizados nos modelos tradicionais que fragmentam os conhecimentos nos diversos componentes curriculares e considerem a necessidade de adaptações curriculares de acordo com as especificidades da população escolar atendida.

A BNCC, enquanto documento normativo, norteia a elaboração dos currículos voltados para a formação integral dos estudantes, possibilitando, no exercício da cidadania, superar as desigualdades sociais que, na atual conjuntura global e local, têm se intensificado sobretudo para as classes menos favorecidas, público prioritário e majoritário na escola pública.

Nessa perspectiva, retomamos as 10 competências gerais definidas pela BNCC, as quais propõem como objetivos a formação integral dos estudantes. Em função disso, consideramos relevante descrevê-las.

1.6 COMPETÊNCIAS GERAIS

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artísticas, matemática e científica para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da

cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

É nessa ótica que o Currículo de Pernambuco, ao lado da BNCC, mostra-se como um referencial para orientar pedagogicamente técnicos, gestores, professores e estudantes da Educação Básica. Em vista disso, urge repensar a prática pedagógica, os conteúdos, as habilidades e as metodologias com o intuito de assumir novas posturas, novos valores, os quais possam contribuir - mais significativamente - em prol do processo de construção e apropriação de conhecimentos e saberes para a formação de cidadãos autônomos, críticos e criativos.

1.7 CONCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A observação e a análise das práticas educativas têm se intensificado nas últimas décadas no cenário nacional. Tal fato é decorrente da inserção, nesse meio, de ideias e referenciais que subsidiam as ações de ensinar e aprender, visando, de certa maneira, à compreensão do sistema educacional, que está

centrado na escola, seu papel, seu currículo – como apresentado em seção anterior - e seus profissionais, principalmente os professores.

Sob a égide dos verbos ensinar e aprender se constitui a base para todo o processo de construção do conhecimento. Numa perspectiva histórica e de desenvolvimento da ciência, esses dois verbos já foram bastante questionados e inferia-se que, se houve ensino, a aprendizagem aconteceu. Assim, era suficiente um professor que dominasse um determinado conhecimento e ‘ensinasse’ - transmitisse - esse saber para seu grupo de estudantes. Aquilo que os estudantes repetissem com exatidão e reproduzissem nas avaliações, resultando na medição do quanto tinham conseguido absorver, era a aprendizagem.

A partir das contribuições da epistemologia para os processos de desenvolvimento subjetivo humano e, mais recentemente, das neurociências, com o mapeamento cerebral de todas as condições do sujeito em situações de interação com os outros e com as ideias/fatos/experiências, muda a concepção do que é aprender, de como se aprende e, por correspondência, de como devem ser desenvolvidas práticas na sala de aula que despertem o interesse, o desejo e a motivação para os estudantes aprenderem.

Assim, transformam-se também as concepções de ensinar. Agora, em vez de apenas lembrar e repetir informações, o estudante deve ser capaz de encontrá-las e usá-las com autonomia. Dessa forma, a recente ciência da aprendizagem enfatiza a importância de se repensar o que é ensinado; a maneira de ensinar, centrando o processo no estudante; e o modo de avaliar a aprendizagem, compreendendo a avaliação enquanto processo, aspecto que será discutido adiante neste texto introdutório.

Faz-se necessário, no bojo do processo de ensino e aprendizagem, que o Projeto Político Pedagógico da escola se proponha a: (1) valorizar os conhecimentos prévios que os estudantes trazem de suas vivências para a escola; (2) auxiliá-los a desenvolver competências nas diversas áreas de conhecimento, valorizando sua base sólida dos fatos, relacionando esses às ideias dentro de um eixo conceitual, visando à mediação da aprendizagem; e (3) incentivá-los em sua autonomia de aprender, ajudando-os a compreender como podem e devem também, sendo autores do seu conhecimento, monitorar

seus progressos (BRANSFORD, BROWN & COCKING, 2007).

Outro aspecto de suma importância tem sido os desafios que as mudanças tecnológicas e seus avanços ininterruptos têm provocado e trazido aos processos de ensino e de aprendizagem. As tecnologias digitais de informação e comunicação, além das tecnologias assistivas, favorecem novas situações de aprendizagem, possibilitando ao estudante, por meio de seu uso, acessar e propagar informações que possam servir de ferramentas para o desenvolvimento de competências transversais para a aprendizagem colaborativa, motivando o protagonismo e práticas autorais.

É nesse âmbito denso de reflexões que o Currículo de Pernambuco encontra-se alinhado com a BNCC que traz, em sua apresentação, o foco no desenvolvimento de competências:

“o que os alunos devem ‘saber’ (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem ‘saber fazer’ (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho)” (BNCC, 2017, p. 13).

Tal discussão tem sido proposta por vários teóricos que abordam a prática educativa e do que se torna imprescindível desenvolver no processo de ensino e de aprendizagem: **aprender a conhecer**, apontando para o interesse do estudante pelo conhecimento (conteúdos factuais); **aprender a fazer**, que mostra a coragem de arriscar, de executar, até mesmo de errar, na busca de acertar (conteúdos procedimentais); **aprender a conviver**, oportunizando o desafio da convivência, do respeito ao próximo e **aprender a ser**, que traz o objetivo de viver como o papel central do estudante como cidadão (conteúdos atitudinais) (ZABALA, 1998; ZABALA & ARNAU, 2009).

Por fim, um aspecto extremamente relevante também nesse ‘novo’ processo do binômio ensino e aprendizagem é compreendê-lo como constituído mutuamente – ou seja, o ensino e a aprendizagem enquanto aspectos indissociáveis – assim como são constituídas no estudante as dimensões cognitiva e afetiva. O objetivo é promover o olhar para o desenvolvimento global deste, pensando na complexidade de sua construção e desenvolvimento integral,

de forma que o olhar centrado no estudante considere a sua singularidade e o respeito às diversidades.

1.8 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

As exigências cada vez mais complexas da sociedade, constituídas no tocante ao acesso, domínio e produção do conhecimento, questionam a escola quanto às suas funções e a desafiam no sentido de se transformar constantemente, a fim de que o seu papel social seja cumprido. Consequentemente, essas exigências requerem professores cada vez mais engajados e competentes profissionalmente para responderem a elas.

Dessa forma, o currículo e a sua organização assumem-se como elementos de destaque, uma vez que eles revelam opções acerca de um determinado modelo de formação profissional caracterizado pelas articulações que se estabelecem, no seu interior, entre os saberes teóricos e os saberes práticos necessários à atividade do professor e ao desenvolvimento profissional cuja construção deve ser o objetivo de qualquer programa de formação.

É importante destacar que o saber do professor é, então, definido como “um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais” (TARDIF, 2002, p. 36).

No que se refere às políticas públicas de formação continuada para professores, essas têm se mostrado extremamente variáveis em termos de seus formatos curriculares (cursos de curta, média e longa duração, seminários, palestras, assessorias no contexto escolar, entre outros), concernentes à Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Decreto nº 8.752/2016), aos Parâmetros de Formação Docente (2014) e ao Plano Estadual de Educação (PERNAMBUCO 2015-2025, Lei nº 15.533/2015). Sejam as ações definidas pelos órgãos centrais das redes de ensino, sejam aquelas que são contextualizadas na escola, os desafios de organizar processos integrados, sistemáticos e que respondam ao projeto pedagógico das instituições escolares estão colocados.

Na perspectiva de um modelo de colaboração, considera-se a corresponsabilidade dos professores pela sua formação, a legitimidade das

instituições de ensino superior na organização de uma formação centrada na escola, assim como a responsabilidade das secretarias de educação na elaboração de critérios e de parâmetros para a formação docente. Assim, ressalta-se que as ações de formação continuada contam com a colaboração dos diversos sujeitos do sistema educativo, orientados pelas necessidades formativas dos professores. Essa perspectiva supõe a escola como lócus privilegiado de formação e produção de conhecimentos.

Nóvoa (1997) destaca a necessidade de “(re)encontrar espaços de interação entre as dimensões pessoais e profissionais, permitindo aos professores apropriar-se dos seus processos de formação e dar-lhes um sentido no quadro das suas histórias de vida” (p. 25).

Nessa dimensão, a formação de professores contribui para a consolidação de espaços institucionalizados de trabalho coletivo; para direcionamento de metas comuns, oriundas das necessidades da comunidade escolar definidas em seu Projeto Pedagógico e parametrizadas pelas diretrizes e políticas educacionais.

A práxis dessa formação concebe-se como um movimento dialético de ação-reflexão-ação transformada, sendo alimentada por posturas metodológicas que privilegiam procedimentos investigativos, reflexivos e colaborativos, ancorando-se no constante diálogo e partilha entre os entes envolvidos no decorrer do processo formativo. Dessa forma, os professores são compreendidos como sujeitos em transformação e transformadores da realidade e do contexto socioeducacional no qual estão inseridos.

Esse cenário instiga a qualidade dos processos formativos, seja na formação inicial ou continuada de professores. Tais processos devem ir ao encontro do perfil de professor do contexto atual em que se observam mudanças sociais, culturais, tecnológicas, econômicas, entre outras, as quais demandam profissionais com competências que extrapolam o ato de “transmitir” conteúdos, que estejam abertos às inovações e às constantes aprendizagens, que respeitem as diversidades, que construam a partilha e o diálogo com seus pares, com seus estudantes, bem como com os demais agentes educativos, e que sejam voltados para a construção de um conhecimento holístico.

É possível perceber que os esforços empreendidos para a superação dos

obstáculos para a formação de um profissional com o perfil descrito, ao mesmo tempo que se constituem como desafio, abrem horizontes para a construção de propostas curriculares formativas fundamentadas em outras lógicas para além da especialização disciplinar. A perspectiva do currículo, numa dimensão interdisciplinar na formação inicial e continuada dos professores, constitui-se como um desses horizontes em que os saberes se relacionam em constante diálogo.

A integração curricular tem sido recorrente nos atuais discursos que orientam as políticas e as práticas curriculares da Educação Básica do Brasil. Essa tônica é apresentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010) quando enfatiza que o trabalho do professor, que tem como um dos desafios a transposição didática, deve ser pautado na perspectiva de integrar as diferentes áreas do conhecimento, articulando-as com os saberes e experiências dos estudantes. O propósito dessa abordagem é superar a compartimentação disciplinar que predominou, por muito tempo, como característica do trabalho pedagógico.

Tal como instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica (Resolução CNE/CP nº 2/2015), entendemos que:

A formação docente inicial e continuada para a educação básica constitui processo dinâmico e complexo, direcionado à melhoria permanente da qualidade social da educação e à valorização profissional, devendo ser assumida em regime de colaboração pelos entes federados nos respectivos sistemas de ensino e desenvolvida pelas instituições de educação credenciadas (p.4).
[...]

Deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência (p. 11).

Diante do exposto, a formação inicial e a formação continuada compõem momentos distintos do desenvolvimento profissional, mas, ao mesmo tempo, constituem um percurso de formação, se considerarmos a história de socialização profissional do professor.

1.9 AVALIAÇÃO DA, PARA E COMO APRENDIZAGEM

A avaliação é um dos elementos do processo de ensino e de aprendizagem, estando, por isso, intimamente ligada à trajetória escolar do estudante e do professor. Nessa perspectiva, a avaliação precisa ser tratada, por um lado, como um instrumento que acompanha a construção do conhecimento do estudante e, por outro lado, servir ao professor como orientação e direcionamento nos processos de (re) ensino, a partir dos resultados apresentados por eles no decorrer dos processos de construção de conhecimento.

Quando a avaliação é tratada numa perspectiva crítico-reflexiva, de forma processual e não apenas de mensuração de "quanto se aprende", considera-se o estudante em sua singularidade, oferecendo-lhe a oportunidade de construção do conhecimento de maneira integral. Ao ser compreendida como processo, a avaliação acompanha, conseqüentemente, a construção do conhecimento, podendo ser considerada um recurso de ensino e aprendizagem para tomada de decisões a partir de seus resultados. Dessa forma, promove o desenvolvimento de um trabalho que oferece um ambiente que valoriza e apoia a equidade e a construção de processos cognitivos.

Quando o professor utiliza a avaliação como um processo de análise, tanto de sua prática pedagógica como dos caminhos utilizados pelos estudantes para aprender, elevando-se o patamar de compreensão sobre os resultados, passa-se a considerar as necessidades de ensino, tomando como base as reflexões alcançadas nos resultados avaliativos. Tal atitude leva os professores a construir instrumentos de avaliação mais coerentes e assertivos, conduzindo-os a decisões mais acertadas no que diz respeito à garantia das aprendizagens em sala de aula.

Nesse caso, mais importante que identificar o sucesso ou o fracasso é entender o que subjaz aos desempenhos observados: a abordagem seguida pelo estudante para chegar à resposta que ele nos propõe e o sentido do procedimento utilizado. Segundo Santos (2005), avaliação é algo bem mais complexo do que apenas atribuir notas sobre um teste ou prova que se faz. Ela deve estar inserida no processo de aprendizagem do estudante para saber os tipos de avaliações que devem ser praticadas, as quais podem ser:

- I. Formativa: tem como objetivo verificar se tudo aquilo que foi proposto pelo professor em relação aos conteúdos está sendo atingido durante todo o processo de ensino-aprendizagem;
- II. Cumulativa: permite reter tudo aquilo que se vai aprendendo no decorrer das aulas e possibilita ao professor, por poder acompanhar o estudante dia a dia, usá-la quando necessário;
- III. Diagnóstica: auxilia o professor a detectar ou fazer uma sondagem daquilo que se aprendeu ou não, e assim retomar os conteúdos que o estudante não conseguiu aprender, replanejando suas ações, suprimindo as necessidades e atingindo os objetivos propostos;
- IV. Somativa: tem o propósito de atribuir notas e conceitos para o estudante ser promovido ou não de uma classe para outra, ou de um curso para outro, sendo normalmente realizada durante o bimestre;
- V. Autoavaliação: pode ser realizada tanto pelo estudante quanto pelo professor, para se ter consciência do que se aprendeu ou se ensinou e assim melhorar a aprendizagem.

É a partir dessa análise que a avaliação se constitui em um momento reflexivo sobre teoria e prática no processo ensino e aprendizagem e assume o protagonismo devido. Bevenutti (2002) diz que avaliar é mediar o processo de ensino e aprendizagem, é oferecer recuperação imediata, é promover cada ser humano, é vibrar junto a cada estudante em seus lentos ou rápidos progressos. Portanto, ao avaliar, o professor estará constatando as condições de aprendizagem dos estudantes para, a partir daí, prover meios para sua recuperação e não para sua exclusão, se considerar a avaliação um processo e não um fim. Nessa direção, aparece a oportunidade de aprender com os resultados.

Em razão disso, sem dúvida, existe também, na avaliação, um processo de transferência de conhecimentos, quando o estudante, por sua vez, consegue aprender enquanto está sendo avaliado e o professor tem a oportunidade de guiar a aprendizagem desse estudante, enquanto ele cria suas respostas e trabalha de forma a compreender o que se espera dele nesse momento.

A Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, possibilita novos olhares sobre os princípios de avaliar como parte do processo de ensino e aprendizagem, o que é confirmado em seu Art. 24 quando estabelece que “a verificação do rendimento escolar observará critérios, dentre eles podemos destacar: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos

aspectos qualitativos sobre quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Para Vasconcelos (2005), deve-se distinguir avaliação de nota. A avaliação é um processo que precisa de uma reflexão crítica sobre a prática, podendo, dessa forma, verificar os avanços e as dificuldades, e o que fazer para superar esses obstáculos. A nota, seja na forma de número ou conceitos, é uma exigência do sistema educacional.

Sendo assim, a avaliação da aprendizagem deve buscar a obtenção de informações fidedignas sobre o trabalho realizado com os estudantes nas diferentes áreas do conhecimento e só tem sentido se for encarada pela comunidade escolar como uma aliada tanto do desenvolvimento de cada estudante, como do alcance da consecução das metas de eficácia e qualidade fixadas pela unidade escolar ou pelos sistemas educacionais. Ela deve ser o resultado de uma análise crítica permanente da prática pedagógica, possibilitando a leitura e a compreensão do seu desenvolvimento.

É nessa perspectiva que a avaliação, no Currículo de Pernambuco, deve ser vista como oportunidade de reflexão do fazer pedagógico, voltada para a garantia dos direitos de aprendizagem dos estudantes.

1.10 TEMAS TRANSVERSAIS E INTEGRADORES DO CURRÍCULO

O Currículo de Pernambuco contempla temas sociais e saberes que envolvem várias dimensões, como: política, social, histórica, cultural, ética e econômica. Tais dimensões são necessárias à formação integral dos estudantes e afetam a vida humana em escala local, regional e global, trazendo temáticas que devem integrar o cotidiano da escola.

Alguns desses temas estão diretamente relacionados às legislações específicas, enquanto outros são sugeridos em diretrizes curriculares, ou mesmo, demandados pela própria comunidade educativa. O que os une é o fato de se relacionarem a diferentes componentes curriculares, garantindo uma abordagem interdisciplinar, transversal e integradora. Citamos alguns desses temas, entendendo que outros poderão ser acrescentados em função de novas demandas legais ou por escolha das próprias escolas, inserindo-os em seus

projetos político-pedagógicos por meio de práticas educativas voltadas para a criação de uma cultura de paz.

Educação em Direitos Humanos - EDH (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2006, Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012) - A Educação em Direitos Humanos - EDH, alicerçada no respeito e proteção à dignidade da pessoa humana, compreende o conjunto de práticas educativas fundamentadas nos direitos humanos, tendo como objetivo formar o sujeito de direito. Nesse contexto, a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, nas últimas décadas, assumiu a EDH como norteadora das políticas educacionais do estado de Pernambuco e pautou-a no compromisso pela construção de uma escola que se reconheça como espaço pleno de vivências de direitos, premissa fundamental para embasar as relações humanas que acontecem na escola em todos os seus âmbitos.

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1/2012) prescrevem que, na Educação Básica, o currículo poderá ser estruturado tomando por base a perspectiva disciplinar, transversal ou mista, fundindo disciplinaridade e transversalidade. Ao fazer a opção por tratar a EDH na perspectiva transversal, o estado de Pernambuco filia-se ao entendimento de que a cultura dos direitos humanos, conteúdo da EDH, não cabe apenas em um componente curricular, devendo, assim, ganhar espaço no conjunto dos componentes que compõem o currículo. Materializada na perspectiva transversal, a EDH fortalece os paradigmas da educação integral, considerando os estudantes em todas as suas dimensões. Além disso, sedimenta uma cultura de paz na escola, fundamentada na defesa e reconhecimento da igualdade de direitos, valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do estado e democracia na educação.

A escola, na perspectiva da EDH, deve desenvolver uma educação pautada em várias dimensões necessárias à formação cidadã: ciências, artes, cultura, história, ética, afetividade, entre outras. Assim, a escola é concebida como espaço sociocultural, lugar de convivência inclusiva, respeitosa e afetiva. O ambiente escolar deve proporcionar, também, uma convivência acolhedora, de auto responsabilidade com o desempenho de cada estudante, de cada professor,

consigo mesmo, bem como de cuidado com o outro, considerando a dignidade de todo ser humano.

Direitos da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 12.852/2013 - Estatuto da Juventude, Lei nº 13.257/2016 - Marco Legal da Primeira Infância, de 08 de março de 2016) - No campo da discussão dos Direitos da Criança e do Adolescente, o direito de brincar da criança e também o direito de ser cuidada por profissionais qualificados, na primeira infância, devem ser prioridade nas políticas públicas. A criança tem, sobretudo, o direito a ter a presença da mãe, pai e/ou cuidador em casa nos primeiros meses por meio da licença-maternidade e paternidade concedida para cumprimento dos cuidados.

Por sua vez, o direito à educação deve ser garantido a todas as crianças e adolescentes, observando o pleno desenvolvimento de suas potencialidades por meio de uma preparação cultural qualificada, uma base científica e humana na perspectiva de contribuir para a superação das desvantagens decorrentes das condições socioeconômicas e culturais adversas. Nessa direção, situamos também o Estatuto da Juventude, que vem corroborar a inserção social qualificada do jovem como lei complementar ao Estatuto da Criança e do Adolescente, visando garantir direitos de quem tem entre 15 e 29 anos de idade. O Estatuto da Juventude propõe expansão das garantias dadas à infância e à adolescência, além da compreensão de que o jovem deve ser visto nas suas necessidades no momento presente e não *a posteriori*.

Desse modo, as aprendizagens essenciais devem ser contempladas, proporcionando o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias, e possibilitando às crianças, adolescentes e jovens o direito a uma educação de qualidade para que possam atuar socialmente na construção de um mundo mais justo, equitativo, democrático e humano.

O contexto escolar deve ser preparado visando a uma formação cidadã em que todas as crianças e adolescentes devem ser protegidos contra práticas que fomentem a exploração do trabalho infantil e discriminação étnico-racial, religiosa, sexual, de gênero, pessoa com deficiência ou de qualquer outra ordem.

Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso (Lei nº 10.741/2003) - O envelhecimento é um fenômeno natural da condição humana. Para além da cronologia, há um conjunto amplo de aspectos que também configuram essa etapa do desenvolvimento humano: biológicos, culturais, históricos, psicológicos e sociais. Embora o envelhecimento humano seja uma condição natural, as representações e sentimentos são construídos socialmente. Dessa forma, faz-se necessário que as escolas incluam, em suas práticas curriculares, ações que visem ao desenvolvimento de comportamentos e atitudes que aproximam as gerações, estimulem os estudantes para o convívio, destituído de preconceitos, com pessoas idosas e sejam educadas para o envelhecimento humano. O objetivo é garantir o respeito, a dignidade e a educação ao longo da vida. Assim, no âmbito escolar, deve-se também reconhecer o protagonismo da pessoa idosa enquanto estudante e como sujeito que, munido de experiências e saberes, aprende mais sobre si mesmo e sobre o mundo.

Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº14/2012, Resolução CNE/CP nº 2/2012 e Programa de Educação Ambiental de Pernambuco - PEA/PE 2015) - A Educação Ambiental é um processo contínuo, dinâmico, participativo e interativo de aprendizagem das questões socioambientais. Dessa forma, a Educação Ambiental constitui uma das dimensões do direito ao meio ambiente equilibrado e sustentável, prioridade na garantia da qualidade de vida das pessoas por meio de concepções e práticas inter/transdisciplinares, contínuas e permanentes, realizadas no contexto educativo. Priorizando as questões ambientais, devemos despertar no estudante a importância de manter relações harmoniosas entre a sociedade e a natureza, preservando a biodiversidade e as culturas. É nessa perspectiva que as atividades educativas devem envolver a escola e a comunidade em seu entorno, refletir sobre atitudes de proteção e preservação da natureza, dialogando por meio dos diferentes componentes curriculares.

Educação para o Consumo e Educação Financeira e Fiscal (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010) - Esses temas apontam para abordagens na escola que proporcionem ao estudante ter uma compreensão

sobre finanças e economia, consumo responsável, processo de arrecadação financeira e a aplicação dos recursos recolhidos como também sua importância para o valor social dos tributos, procedência e destinação. De modo geral, essas abordagens devem possibilitar ao estudante analisar, fazer considerações fundamentadas, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam a sua vida pessoal, familiar e da realidade social e, por conseguinte, compreender a cidadania, a participação social, a importância sobre as questões tributárias, o orçamento público, seu controle, sua execução e sua transparência, bem como a preservação do patrimônio público.

Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004, Resolução CNE/CP nº 1/2004 e Parecer CNE/CEB nº 14/2015) - essa temática deve ser trabalhada articulada a diferentes componentes curriculares, mas também no âmbito do currículo como um todo. Deve assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos na formação cultural, social, econômica e histórica da sociedade brasileira, ampliando as referências socioculturais da comunidade escolar na perspectiva da valorização da diversidade étnico-racial, contribuindo para a construção e afirmação de diferentes identidades.

É necessário que as práticas escolares contemplem nos seus currículos o ensino da história e cultura afro-brasileira, africanas e indígenas como forma de reconhecimento da contribuição que diversos povos deram para a história e cultura nacional. Desta maneira, será alcançada uma educação das relações étnico-raciais que respeite a diversidade brasileira e que busque a erradicação da desigualdade e discriminação, ensejando a construção de uma sociedade baseada no reconhecimento das diferenças e na verdadeira democracia racial.

Diversidade Cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010) - Ao abordarmos a diversidade cultural, biológica, étnico-racial, devemos considerar a construção das identidades, o contexto das desigualdades e dos conflitos sociais. Este tema aborda a construção histórica, social, política e cultural das diferenças que estão ligadas às relações de poder, aos processos de

colonização e dominação.

Este currículo propõe ações e práticas educativas que contemplem essa temática na sala de aula e em toda comunidade escolar para que se promova o combate ao preconceito e à discriminação. É importante, no contexto escolar, possibilitar a compreensão de que a sociedade humana, sobretudo a brasileira, é composta por vários elementos que formam a diversidade cultural e a identidade de cada povo e de cada comunidade. A partir dessa perspectiva, devem ser desenvolvidas atitudes de respeito às diferenças, considerando que a completude humana é construída na interação entre as diferentes identidades.

Relações de Gênero (Parecer CNE/CEB nº 07/2010, Resolução CNE/CEB nº 02/2012, Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2006, Instrução Normativa da SEE nº 007/ 2017 e Portaria MEC nº 33/2018) - A relação de gênero é entendida como uma categoria de análise que ajuda a pensar a maneira como as ações e posturas dos homens e das mulheres são determinados pela cultura em que estão inseridos (SCOTT, 1990). Deve ser também compreendida como um conceito baseado em parâmetros científicos de produção de saberes que transversalizar diversas áreas do conhecimento, sendo capaz de identificar processos históricos e culturais que classificam e posicionam as pessoas a partir de uma relação sobre o que é entendido como feminino e masculino, essencial para o desenvolvimento de um olhar referente à reprodução de desigualdades no contexto escolar. A perspectiva da 'igualdade de gênero', no currículo, é pauta para um sistema escolar inclusivo que crie ações específicas de combate às discriminações e que não contribua para a reprodução das desigualdades que persistem em nossa sociedade. Não se trata, portanto, de anular as diferenças percebidas entre as pessoas, mas sim de fortalecer a democracia à medida que tais diferenças não se desdobram em desigualdades.

A garantia desse debate e a elaboração de estratégias de enfrentamento às diversas formas de violência são, portanto, direitos assegurados por lei. Esses são pautados em demandas emergenciais e que reafirmam a necessidade dos espaços escolares serem lócus de promoção da cidadania e respeito às diferenças. Para efetivar isso, é necessária a implementação de ações com a

perspectiva de eliminar atitudes ou comportamentos preconceituosos ou discriminatórios relacionados à ideia de inferioridade ou superioridade de qualquer orientação sexual, identidade ou expressão de gênero.

Educação Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.947/2009) - Esse tema deve ser vivenciado por toda comunidade escolar de forma contínua e permanente, visando desenvolver práticas educativas, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, que respeitem a cultura, as tradições, os hábitos alimentares saudáveis e as singularidades dos estudantes. Perpassa pela valorização da alimentação escolar, o equilíbrio entre qualidade e quantidade de alimentos consumidos, além do estudo sobre macro e micronutrientes necessários para a formação do indivíduo.

Dessa forma, o currículo traz a educação alimentar e nutricional, inserindo conceitos de alimentação e nutrição nas diferentes etapas de ensino, considerando o acesso à alimentação saudável como algo fundamental para o crescimento e desenvolvimento dos indivíduos. Nessa dimensão, é necessário que o currículo desenvolva a percepção de que uma alimentação adequada e saudável é um direito humano, e que seja adquirida e consumida garantindo a segurança alimentar e nutricional.

Educação para o Trânsito - (Lei nº 9.503/1997) - A alta incidência de violência no trânsito, inclusive com mortes, remete à necessidade de incentivar a conscientização por meio de um trabalho de educação para o trânsito, envolvendo valores e princípios fundamentais para um convívio social saudável: respeito ao próximo, solidariedade, prudência e cumprimento às leis. É preciso promover práticas educativas e intersetoriais que problematizem as condições da circulação e convivência nos espaços públicos desde a própria escola, seja no campo ou na cidade, para que se promova a convivência mais harmoniosa nos espaços compartilhados, de modo a incentivar uma circulação mais segura de forma eficiente e, sobretudo, mais humana.

A educação para o trânsito deve prever, no currículo da Educação Básica, a construção de valores direcionados ao comportamento respeitoso, ao cuidado com as pessoas e com o meio ambiente, considerando o direito humano à vida,

que se constitui no seu bem maior.

Trabalho, Ciência e Tecnologia (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010) - Trazer essa temática para o currículo da Educação Básica contribui para a compreensão do Trabalho enquanto princípio educativo que envolve não só discussões acerca do mundo do trabalho, mas também acerca do desenvolvimento de capacidades humanas para transformação da realidade material, social. Relaciona-se ainda à compreensão da Ciência e Tecnologia enquanto dimensões capazes de provocar reflexões e intervenções sobre o mundo nos aspectos sociais e naturais sem perder de vista o caráter da sustentabilidade.

Nesse sentido, é fundamental que os currículos e as práticas dos professores promovam a pesquisa, como princípio pedagógico, associada a uma abordagem reflexiva dos conteúdos que considere a relação complexa entre os potenciais do Trabalho, da Ciência e da Tecnologia para resolução de problemas, a ampliação da capacidade produtiva e empreendedora, bem como para a garantia de um espaço de reflexão e atuação crítica e ética sobre suas influências nos impactos ambientais e sociais.

É importante que o currículo da Educação Básica, ao abordar essa temática, promova uma reflexão sobre as diversas formas de trabalho, o uso das tecnologias, às suas respectivas funções e organização social em torno de cada profissão, a contribuição dessas para o desenvolvimento da sociedade, bem como sobre as relações sociais e de poder que se estabelecem em torno do mundo do trabalho.

Saúde, Vida Familiar e Social (Parecer CNE/CEB nº 11/2010, Resolução CNE/CEB nº 7/2010, Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012) - A temática saúde é um conceito que nos remete não só a ausência de doença, mas, sobretudo, ao completo bem-estar que permeia as pessoas saudáveis. A concepção que se entende por saúde tem relações diretas com o meio cultural, social, político, econômico, ambiental e afetivo em que se vive. A visão histórica dos diversos significados de saúde também sofre variações ao longo do tempo. O currículo, ao desenvolver esse

tema, deve considerar a saúde numa perspectiva mais ampla que envolve as várias dimensões do ser humano, tais como: saúde mental, comportamental, atitudinal, orgânica, física, motora, afetiva, sensorial, entre outras.

É necessário que a pessoa se perceba em sua multidimensionalidade e que a esfera da saúde seja reconhecida sob os diversos aspectos que envolvem uma vida saudável. O contexto político relativo a como a sociedade está organizada também interfere na dimensão da saúde do cidadão. A estrutura da saúde pública, o planejamento das cidades, o saneamento básico, o estilo de vida do/no campo ou da/na cidade, o sistema de transporte e habitacional, as relações familiares e sociais poderão interferir na saúde das pessoas. Esses aspectos devem ser considerados e refletidos no currículo de forma a levar os estudantes a compreenderem e buscarem um estilo de vida mais saudável.

Os temas integradores, acima abordados, além de estarem presentes em habilidades e competências de diferentes componentes curriculares, devem estimular o desenvolvimento de atividades para serem vivenciadas no contexto da escola, envolvendo todas as áreas do conhecimento que compõem o currículo. Por isso, é necessário que se realize um trabalho interdisciplinar, motivador, inclusivo, resultando em uma experiência mais enriquecedora para os estudantes, os professores participantes e também toda a comunidade escolar.

1.11. O DOCUMENTO E SUA ORGANIZAÇÃO

O currículo de Pernambuco tem por objetivo nortear as propostas pedagógicas dos municípios, os projetos políticos pedagógicos das escolas e as práticas pedagógicas vivenciadas em sala de aula. Está em consonância com a Base Nacional Comum Curricular e com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, considerando a formação cidadã dos estudantes pernambucanos.

Constitui-se em documento orientador para a rede estadual, redes municipais e escolas privadas. Também é inspirador para as modalidades da educação básica, embora não contempladas diretamente nele. Essas, por suas especificidades e singularidades, deverão ter documentos curriculares específicos construídos em âmbito estadual e municipal.

Este volume, referente ao ensino fundamental, é formado pelos pressupostos teóricos, a apresentação da etapa e suas fases, introdução de cada área e seus componentes curriculares. Após a abordagem sobre cada componente, vem o seu respectivo organizador curricular que traz, na sua estrutura, os campos de atuação (para o componente Língua Portuguesa), a descrição das unidades temáticas (para os componentes de Educação Física, Língua Inglesa e Arte) e das práticas de linguagem (para os componentes Língua Portuguesa e Língua Inglesa), os objetos de conhecimento, os códigos e, por fim, as habilidades do Currículo de Pernambuco. Ao final de cada componente, encontram-se as referências bibliográficas.

No organizador curricular dos componentes do Currículo de Pernambuco, um código pode ser observado antes da descrição de cada habilidade. Foram utilizados os mesmos códigos da BNCC, entretanto, acrescentou-se PE ao final de cada código, indicando que a habilidade recebeu contribuição das redes públicas e/ou escolas privadas ou foi validada pelas mesmas. Assim, o código **EF 01 LP 01 PE** representa:

EF – Ensino Fundamental.

01 – 1º ano do ensino fundamental.

LP – Língua Portuguesa.

01 – Numeração da habilidade – primeira habilidade. Se tiver uma letra (X, Y Z, por exemplo) em vez de números, indica que esta habilidade não está presente na BNCC, sendo, portanto, exclusiva do Currículo de Pernambuco.

PE – As redes de ensino de Pernambuco realizaram alguma modificação nesta habilidade da BNCC ou validaram a mesma.

REFERÊNCIAS

BENVENUTTI, D. B. **Avaliação, sua história e seus paradigmas educativos.** Pedagogia: a Revista do Curso. Brasileira de Contabilidade. São Miguel do Oeste – SC: ano 1, n.01, p.47- 51, jan.2002.

BRANSFORD, J. D.; BROWN, A. L.; COCKING, R. R. (org.). **Como as pessoas aprendem: cérebro, mente, experiência e escola.** Comitê de Desenvolvimento da Ciência da Aprendizagem, Comitê de Pesquisa da Aprendizagem e da Prática Educacional, Comissão de Educação e Ciências Sociais e do Comportamento, Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº5, de 17 de dezembro de 2009.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União. Brasília, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 11, de 7 de outubro de 2010.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 2010, Seção 1, p.28.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010.** Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 2010, Seção 1, p.34.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 7, de 7 de abril de 2010.** Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 2010, Seção 1, p.10.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 14, de 11 de novembro de 2015.** Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei 11.645/2008. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer nº3, de 10 de março de 2004.** Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 2004, Seção 1, p.11.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer nº 14, de 06 de junho de 2012.** Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 2012, Seção 1, p.18.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer nº 8, de 06 de março de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 2012, Seção 1, p.33.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Brasília:

Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.** Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha.** Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o sistema nacional de juventude SINAJUVE. Diário Oficial da União, Brasília, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.** Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei no. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código do Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto- Lei no. 5.452, de 1o. de maio de 1943, a Lei no. 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei no. 12.662, de 5 de junho de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e

Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.** Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União, Brasília, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 2012, Seção 1, p.48.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 1, 17 de Junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, 1 de Julho de 2015.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília: Diário Oficial da União, 10/05/2016. Seção 1, p. 5-6.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 33, de 17 de janeiro de 2018.**
Brasília,
2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial**

na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 2012, Seção 1, p.70.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação. Ministério da Justiça. UNESCO. **Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos.** Brasília, 2006.

DELORS, J. (Coord.). Os quatro pilares da educação. In: **Educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOODSON, I. **A construção social do currículo.** Lisboa: Educa, 1997.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. **Os professores e sua formação.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Base Comum Curricular (BCC)** para as redes públicas de ensino de Pernambuco, 2008.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Orientações Teórico- Metodológicas** para o Ensino Fundamental. 2008. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares de Pernambuco.** Recife, 2012.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares na Sala de Aula.** Recife, 2013.

PERNAMBUCO. **Lei Nº 15.533, de 23 de junho de 2015.** Aprova o Plano Estadual de Educação 2015-2025. Pernambuco: Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 24/06/2015. Ano XCII, n. 117, p. 3-9.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Instrução Normativa SEE no. 007/2017.** Estabelece procedimentos e normas para a realização do Cadastro escolar e da Matrícula do(a) estudante, na Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do estado de Pernambuco. Diário Oficial do Estado de Pernambuco de 19 de janeiro de 2018. Recife, 2018.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Padrões de Desempenho Estudantil.** Recife, 2014.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Parâmetros de Formação Docente.** Recife, 2014.

PERNAMBUCO. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Programa de Educação Ambiental de Pernambuco - PEA/PE,** Recife, 2015.

PERRENOUD, P. **Construir competências desde a escola:** trad.

Bruno Charles Magne. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

SANTOS, C. R. (et. al.) **Avaliação Educacional: um olhar reflexivo sobre sua prática.**, e vários autores, São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SILVA, G. N.; FELICETTI, V. L.. Habilidades e Competências na Prática Docente: perspectivas a partir de situações-problema. **Educação por Escrito**. Porto Alegre, v. 5, n.1, 2014.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed., 3ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VASCONCELLOS, C. **Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar**. 15. Ed. São Paulo: Libertad, 2005.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZABALA, A.; ARNAU, L. **Como Aprender e Ensinar Competências**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

2. ENSINO FUNDAMENTAL

2.1 O ENSINO FUNDAMENTAL E SUAS FASES

O ensino fundamental, segunda etapa da educação básica, passou por muitas mudanças ao longo de sua história. Nesse sentido, foi criada a Lei nº 11.274/2006 (BRASIL, 2006), que dispôs sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental com matrícula obrigatória de crianças a partir dos 6 (seis) anos de idade e, em 2010, foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, trazendo orientações para os processos de (re)construção tanto dos currículos quanto dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas dos âmbitos estadual, distrital e municipal (BRASIL, 2010).

Por ser a etapa da educação básica de maior duração, atendendo crianças e adolescentes dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade, com especificidades diversas, físicas, cognitivas, afetivas, sociais, emocionais, dentre outras, o ensino fundamental sempre teve o desafio de proporcionar uma formação mais adequada aos estudantes. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), construída com participação das secretarias estaduais e da UNDIME, homologada em dezembro de 2017, trouxe grande contribuição ao indicar o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da educação básica, orientando a elaboração dos currículos e ao que deve ser ensinado em âmbito nacional, resguardando as características sociais e regionais existentes nos contextos dos entes federados.

O Currículo de Pernambuco pretende, em consonância com a BNCC, garantir com qualidade o direito que todos os estudantes têm de aprender. Caminhando nesse sentido, no ensino fundamental – anos iniciais, busca-se, em diálogo com as experiências oriundas da educação infantil, dar continuidade às situações lúdicas e progressivas de aprendizagem. No tocante aos dois primeiros anos, o trabalho pedagógico dará ênfase aos processos de alfabetização sempre associados às práticas do letramento. Tais engajamentos devem ocorrer imbuídos da perspectiva de progressão do conhecimento e para favorecer a consolidação das aprendizagens anteriores e a “ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças”. (BRASIL, 2017, p. 57).

No ensino fundamental – anos finais, o perfil dos estudantes se modifica ainda mais. Além dos novos desafios relacionados às mudanças físicas e emocionais, recairá a responsabilidade de adaptação a um trabalho orientado por vários professores especialistas em suas áreas do conhecimento – ao contrário da fase anterior. É imprescindível que se retorne às aprendizagens adquiridas nos anos iniciais, ressignificando-as e aprofundando-as. A seguir, procura-se discorrer melhor sobre as transições.

2.2 A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

É indispensável articulação curricular entre todas as etapas da Educação Básica. Além de ser consenso entre os educadores, tal articulação é preconizada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/ 2010). Em seu artigo 24, a continuidade da educação infantil no ensino fundamental é proposta na perspectiva de reconhecer que os objetivos da formação básica das crianças, estabelecidos para a educação infantil, devem estender-se durante os anos iniciais do ensino fundamental. Tais objetivos devem promover, ainda, a ampliação e a intensificação gradativa do processo educativo. Isso favorece a possibilidade de assegurar um percurso contínuo de aprendizagens às crianças, conforme estabelece o artigo 29 das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Resolução CNE/CEB no.7/2010).

No tocante a medidas com o intuito de articular a educação infantil com os anos iniciais do ensino fundamental, é importante o reconhecimento das aprendizagens da criança antes mesmo do seu ingresso no ensino fundamental, bem como a valorização do caráter lúdico na ação pedagógica. Além disso, a identificação das necessidades das crianças pode ajudar a escola a se transformar, a partir do momento em que ela percebe quem são essas crianças e de que forma é possível atender suas reais necessidades. Até porque, tanto na educação infantil quanto nos primeiros anos do ensino fundamental, as especificidades inerentes a ambas as etapas estão ligadas, sobretudo, ao reconhecimento das especificidades da infância, tais como seus aspectos psicológicos, emocionais, cognitivos, físicos, dentre outros.

É de uma concepção ampla de infância e de criança que se deve partir, quando se pensa na criação de um currículo ou de propostas pedagógicas para essas duas etapas, visto que o ciclo da infância não termina aos 6 anos de idade, momento no qual a criança ingressa no primeiro ano do ensino fundamental.

A ampliação das aprendizagens deve ser um contínuo na vida das crianças, sendo a transição para essa etapa de escolarização um momento especial. Nesta perspectiva, a articulação entre conhecimentos e vivências da escola e de fora da escola, tão presente nos campos de experiência da educação infantil, deve ser preservada e enfatizada no ensino fundamental, abrindo-se também espaço para as novas possibilidades de aprendizagens.

Ao longo dos séculos, a concepção de criança modificou bastante, inclusive expressando visões contraditórias a seu respeito. Entre os moralistas e os educadores do século XVII, por exemplo, a criança era vista como fruto do pecado e, assim, deveria ser direcionada ao caminho do bem. Através desse pensamento, entendia-se que a formação moral e o direcionamento às aprendizagens deveriam ficar a cargo da igreja. É nesse momento que surge a explicação dos dois modos de atendimento aos quais se destinavam às crianças: um de caráter repressor e outro compensatório. É justamente nesse período que, para Kramer (2003), a criança ora é considerada ingênua, inocente e graciosa – daí a necessidade da paparicação –; ora compreendida como um ser imperfeito e incompleto – carecendo, por isso, passar pelo processo de moralização e de uma educação administrada pelos adultos.

Atualmente, a ideia de infância corresponde à consciência da singularidade infantil. É exatamente essa natureza singular que estabelece a diferença entre a criança e o adulto. A criança deve ser considerada como sujeito histórico e de direitos. É através das interações, das relações e das práticas cotidianas que ela vivencia e constroi sua identidade pessoal e coletiva. A criança deve, ainda, ser compreendida como pessoa cidadã e ser respeitada em seus aspectos integrais. Para isso, a educação deve se pautar na perspectiva da formação humana, no exercício da cidadania e no direito de aprender. Cabe à escola proporcionar experiências no campo das interações e explorar a ludicidade nos processos de ensino e nas propostas de atividades cotidianas. Assim, estará valorizando as

características e vivências do trabalho oriundo da Educação Infantil – sobretudo nos anos iniciais do Ensino Fundamental –, com as quais as crianças já estão familiarizadas.

As etapas possuem, portanto, suas dinâmicas e proporcionam níveis de complexidade diferenciados. Isso considerando os desafios que se apresentam e se constituem como elementos impulsionadores do desenvolvimento da criança. Assim, torna-se natural que ocorram períodos de transição, possibilitando novas aquisições na construção dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento das aprendizagens de forma progressiva (BRASIL, 2017). Nesse movimento, é imprescindível o entrelaçamento de professores, crianças e suas famílias. Caminhando nesse sentido, aumenta a possibilidade de se promover ações, esforços e sentimentos capazes de contribuir para uma vivência segura e tranquila dos processos educativos e das práticas pedagógicas.

A família possui um papel fundamental na transmissão de valores às crianças, até porque se constitui como importante grupo social no qual elas estão inseridas desde muito cedo. Desse modo, o ambiente familiar acaba possibilitando aprendizagens diversas, envolvendo desde a solução de conflitos e o controle das emoções até a manifestação de sentimentos proporcionados pela convivência e possibilidade de aprender com a diversidade humana – e com as situações adversas vividas no seio familiar. O apoio e participação da família são imprescindíveis tanto na educação infantil como no início do ensino fundamental e ao longo do mesmo. É indiscutível que as aprendizagens são mais facilmente consolidadas, nessas etapas da educação, quando se tem a família como aliada aos processos que visam à aquisição e ao desenvolvimento das competências e habilidades estabelecidas ao longo do percurso escolar.

2.3 A TRANSIÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS PARA OS ANOS FINAIS

O processo de transição da fase dos anos iniciais para a fase dos anos finais, da etapa do ensino fundamental, requer uma atenção cuidadosa para a sua especificidade, pois esta última deverá consolidar o caminho alicerçado na fase anterior. Reitera-se, portanto, a premência de uma formação para o respeito aos

direitos humanos, à vida em comum, à coesão social, à cooperação, às práticas cidadãs ativas e à solidariedade no convívio comunitário, por meio da articulação entre todas as etapas da educação, como preveem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, em seu artigo 29:

A necessidade de assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens torna imperativa a articulação de todas as etapas da educação, especialmente do Ensino Fundamental com a Educação Infantil, dos anos iniciais e dos anos finais no interior do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Fundamental com o Ensino Médio, garantindo a qualidade da Educação Básica. (BRASIL, 2010).

A fim de promover uma transição integrada dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental, é necessário que este último se articule ao direcionamento didático-pedagógico norteador da etapa e da fase precedentes: educação infantil e anos iniciais, respectivamente. Também é imprescindível considerar as particularidades integrantes do amplo arcabouço conceitual e metodológico dos anos finais, no sentido de garantir um processo continuado e progressivo de construção das aprendizagens previstas para o ensino fundamental (AGUIRRE, 2017).

Isso requer a sistematização de conhecimentos no sentido de proporcionar oportunidades para a elaboração de conceitos e a preocupação com o desenvolvimento cognitivo que reconheça os aspectos objetivos e subjetivos da prática educativa, enfatizando as transformações que ocorrem e que caracterizam essa passagem como momento de reflexão e reorganização da vida dos estudantes, bem como a dos professores (BONDÍA, 2002).

A articulação entre essas fases é de grande importância e nela inclui-se, principalmente, a relação entre os anos iniciais e os anos finais do ensino fundamental, haja vista serem nestas fases que se intensificam as rupturas decorrentes do gradativo desenvolvimento da maturidade dos estudantes e a conseqüente e necessária adequação teórico-metodológica às capacidades cognitivas destes por parte da escola, por meio das práticas pedagógicas ali desenvolvidas (MESOMO, 2014).

Acompanhamos, nas últimas décadas, propostas de mudanças para o ensino fundamental em nosso país. Isso se deve à concepção desta etapa como um direito fundamental dos cidadãos, uma vez que, sob tais termos, constituiu-se em uma garantia mínima de formação para a vida pessoal, social e política. Percebe-se, desde então, que todos os cidadãos têm o direito de obter o domínio dos conhecimentos escolares previstos para esta etapa da escolarização básica e de construir os valores, as atitudes e as habilidades derivados desses conteúdos e das interações que ocorrem no processo educativo.

Na transição entre as fases inicial e final do ensino fundamental, há que se considerar uma série de aspectos que incidem nas relações entre estudantes e professores. Entre as transformações deflagradoras de mudanças nesses relacionamentos, está a aplicação mais frequente e sistemática de instrumentos avaliativos, a elevação do quantitativo de conteúdos, o acréscimo de componentes curriculares - com decorrente aumento no número de professores, bem como a redução do tempo de convivência entre estes e os estudantes. Como consequência de tudo isso, há um aprofundamento da impessoalização no trato entre os sujeitos envolvidos no ato de ensinar e aprender que apresenta, entre outros reflexos, um maior distanciamento físico e uma dificuldade de construir empatia recíproca.

Com isso, faz-se *mister* a delimitação, em termos de concepção e elaboração, de diretrizes educacionais específicas para os anos finais do ensino fundamental, no que diz respeito à articulação da intencionalidade pedagógica e à delimitação de procedimentos didáticos e avaliativos, num processo contínuo e progressivo das aprendizagens previstas para a trajetória escolar dos estudantes nesta fase. Para que ocorra uma transição integrada e qualificada entre essas fases, será necessário considerar as diversas particularidades conceituais e metodológicas dos anos finais do ensino fundamental, além das características do desenvolvimento cognitivo dos estudantes, de modo a oportunizar o enriquecimento e a construção de aprendizagens previstas para esta fase.

O propósito do trabalho pedagógico será garantir a identificação dos saberes/conhecimentos escolares a serem sistematizados e que lhes são apresentados na fase a que acabam de chegar, realizando uma prática de ensino significativa para os estudantes em seu novo momento do processo educativo.

Assim, poderão ser superados, entre outros, problemas, como a indiferença de muitos estudantes a conteúdos e eles expostos sem os valores do sentido e da representatividade para a sua vida.

Diante disso, é primordial a atenção, o zelo e a aproximação entre professores e educandos, considerando a integralidade da relação entre esses sujeitos, uma vez que a familiarização com novos professores e novas dinâmicas, novos conteúdos e componentes curriculares constituir-se-á em aspecto relevante para o sucesso da transição entre as fases que compõem o ensino fundamental e para a própria aprendizagem, desenvolvimento, construção de habilidades e competências. Os afetos precisam ser garantidos nesse momento da vida escolar do estudante, já que sua convergência com os aspectos conteudísticos e cognitivos serão bastante relevantes na construção da aprendizagem.

Os processos de ensino-aprendizagem como ato contínuo, nos quais se insere o estudante dos anos finais do ensino fundamental, deve ter em conta uma perspectiva dialética e dialógica, além de observar as experiências vivenciadas nos espaços coletivos da escola. Para tanto, é preciso considerar o caráter progressivo entre as habilidades e competências já construídas e as que serão desenvolvidas, pois esse caráter progressivo corrobora a ideia de que o trabalho pedagógico deve acontecer de forma contínua e sem rupturas, garantindo aos estudantes um tempo maior de convívio escolar, mais oportunidades de aprender e, assim, assegurando-lhes uma construção de aprendizagem significativa e mais sólida.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, K. C. **A transição dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental**: o que diz a produção nacional. 2017.24f. Graduação (Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul), Chapecó, UFFS, 2017.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. n.19, jan/fev/mar/abr 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei nº11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Altera a LDB, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

KRAMER, S. **A Política do Pré-Escolar no Brasil**: A arte do disfarce. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

MESOMO, O. L. C.; PAWLAS, N. O. **Articulação entre as duas etapas do ensino fundamental**: anos iniciais (5º ano) e anos finais (6º ano). Unicentro, Paraná, 2014.

3. ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS - GEOGRAFIA

3.1. ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS

As Ciências Humanas se destacam por ter como objeto de estudo o próprio ser humano individualmente ou em sociedade. Nesse sentido, elas pretendem dar conta de analisar, interpretar e explicar o modo como ele vive e tudo que o rodeia. Assim, as humanidades abordam os mais variados aspectos do ser humano em um dado tempo e espaço.

Dessa forma, as Ciências Humanas têm uma enorme importância para a Educação e a formação do sujeito, pois elas contribuem para firmar valores que ajudam na construção da dignidade humana em favor de uma sociedade mais justa e equitativa. Assim, mediante o seu ensino se torna possível formar cidadãos sensíveis, conscientes, solidários e que se percebem como sujeitos de uma dada sociedade, que precisam agir sobre ela para produzir as transformações necessárias a uma vida justa, digna e respeitosa com o outro e com o meio ambiente em que estão inseridos.

É dentro desse contexto que a função de tais ciências contempla também a formação para o trabalho. Elas contribuem para que o estudante compreenda, interprete e faça uso dos seus direitos e deveres. Elas interferem na postura profissional, na forma de aplicar a técnica, no conceber instrumentalizado de trabalho e no respeito às diversidades. E isso é fundamental, sobretudo, para buscar transformar a sociedade.

A sociedade brasileira foi construída em uma base altamente hierarquizada, patriarcal e escravocrata. O processo de colonização aqui implantado acabou por disseminar a morte da maior parte das comunidades indígenas e a degradação dos povos afrodescendentes. O *espaço geográfico brasileiro* é o resultado dessa formação socioespacial que congrega ritmos diferenciados de ocupação e apropriação dos territórios. Portanto, Geografia e História, como componentes curriculares que dialogam e integram a área aqui abordada, refletem o raciocínio espaço-temporal baseado na ideia de que o ser humano produz o espaço em que vive, apropriando-se dele em determinada circunstância histórica.

Tempo, Espaço e Movimento são categorias básicas dessa área e se fazem presentes o tempo todo nos contextos tanto da Geografia quanto da História. Logo, se as três categorias forem bem exploradas, contribuirão fortemente para ajudar crianças e adolescentes na ampliação da forma como enxergam o mundo que os cerca.

É papel das Ciências Humanas, portanto, buscar desenvolver no indivíduo a consciência crítica acerca da (re)construção de sua formação humana por meio de uma política educacional que propicie ao estudante a possibilidade de interpretar o mundo, compreender processos e fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais, além de propiciar sua inclusão. Além de tudo isso, a escola continua sendo o lugar propício para que os educandos construam seus conhecimentos de modo a favorecer as transformações necessárias e uma atuação ética, responsável e autônoma diante de fenômenos sociais e naturais. O compromisso com a promoção da cidadania deve nortear sempre a conduta dos principais atores do processo de ensino-aprendizagem no âmbito da sala de aula: estudantes e professores.

A comunidade escolar deve estimular a criação de oportunidades de aprendizado e de inserção na realidade social que viabilizem a afirmação desses valores, respeitando as diversidades regionais e locais, uma vez que o Brasil se constitui em uma nação pluriétnica, multicultural e de dimensões continentais.

O processo de ensino-aprendizagem, na área das Ciências Humanas, deve ter como fio condutor a pesquisa. Esta deve estabelecer a conexão entre a teoria e a prática com o objetivo de estimular uma metodologia que envolva os anos iniciais e finais na busca da compreensão da vida em sociedade em seus aspectos históricos, geográficos, sociais, políticos, econômicos e culturais. A pesquisa, incrementada a partir de uma situação-problema intrínseca ao contexto em que a comunidade escolar está inserida, deve ser entendida como proposta de atividades inter-relacionadas com as demais áreas.

As Ciências Humanas, na perspectiva do currículo, devem enxergar o cenário educacional contemporâneo incumbido de atender também a determinadas demandas sociais, inclusive aquelas que se pautam no uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). O professor não pode se restringir à função de um mero transmissor de informações – até porque as mídias digitais têm

contribuído bastante nesse sentido, devendo funcionar, inclusive, como material de apoio ao trabalho docente. Sendo assim, o professor da área deve atuar como pesquisador e, sobretudo, como mediador capaz de facilitar o processo de construção do conhecimento e de aquisição/desenvolvimento das competências e habilidades estabelecidas ao longo da educação básica.

O papel do estudante é de sujeito problematizador e investigador a partir do desenvolvimento das leituras e habilidades voltadas à identificação, classificação, organização e comparação do contexto local e/ou global, garantindo, portanto, melhor compreensão de si, do outro, da escola e da comunidade.

A complexidade da sociedade contemporânea exige uma educação inclusiva, engajada e ambientalmente sustentável. A formação na área das Ciências Humanas integra temáticas que interferem na vida humana em todos os seus aspectos. É dessa forma que as diversas abordagens acerca dos direitos da criança e do adolescente, da educação para o trânsito, da educação ambiental, da educação alimentar e nutricional, da educação inclusiva, do processo de envelhecimento, do respeito e valorização do idoso, da educação em direitos humanos, da diversidade de gênero, das relações étnico-raciais, da cultura afro-brasileira e indígena devem se fazer presentes nos componentes curriculares da área em tela.

Considerando os pressupostos apresentados e em articulação com as competências gerais da BNCC (BRASIL, 2017), a área de Ciências Humanas deve garantir aos estudantes o desenvolvimento de competências específicas.

3.2 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Compreender a si e ao outro como identidades diferentes de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.

2. Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico-informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo.

3. Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social.

4. Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades sem preconceitos de qualquer natureza.

5. Comparar eventos ocorridos simultaneamente no mesmo espaço e em espaços variados e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados.

6. Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

7. Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado à localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão.

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

4. GEOGRAFIA

Segundo Corrêa (1995), no longo e infundável processo de organização do espaço, o ser humano estabeleceu um conjunto de práticas por meio das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais. A Ciência Geográfica é responsável pela compreensão do espaço em que se vive a partir da abordagem das ações humanas nas diversas sociedades em escala global, regional e local, como bem salienta Castro com relação à importância da escala: “*A análise geográfica dos fenômenos requer objetivar os espaços na escala em que eles são percebidos, [...] A escala é, na realidade, à medida que confere visibilidade ao fenômeno*” (CASTRO, 1995, p. 120).

A Educação Geográfica contribui para a construção do conceito de identidade, partindo do pressuposto do desenvolvimento da compreensão da paisagem geográfica a partir da apropriação do espaço de vivência, da construção coletiva, da relação com os lugares e da diversidade cultural.

A relação entre o ser humano e o meio, que na Ciência Geográfica está presente, exige eminentemente uma reflexão sobre a complexidade da apropriação do espaço geográfico, influenciando as demais Ciências Humanas. A operação cognitiva em Geografia se insere no contexto espaço-tempo com foco no estudo da diversidade humana. O raciocínio espaço-temporal baseia-se na ideia de que o ser humano produz o espaço em que vive, apropriando-se dele em determinada circunstância histórica.

Essa abordagem nas Ciências Humanas favorece a compreensão dos tempos sociais, da natureza e das suas relações com o espaço. Os constantes processos de mudanças nas Ciências Humanas são um desafio para professores e estudantes. O conhecimento geográfico, que engloba teoria e método, atua junto à complexidade da vida real e aos processos de organização do espaço geográfico. Conhecimentos existentes e novos se aglutinam, renovando-se a base do raciocínio geográfico, ou seja, as formas de se pensar o espaço.

O sujeito no processo educativo vivencia, na sua integralidade, diferentes infâncias e juventudes – e com diversas culturas juvenis –, potencializando a criação de novas formas de existir. O currículo, como instrumento do ato pedagógico,

cumpra sua função a partir do estabelecimento de unidades temáticas fundamentais para que o estudante possa vivenciá-lo em sua totalidade.

A Geografia escolar no currículo é vivenciada a partir dessas unidades temáticas estruturantes, que se apresentam do 1º ano até o 9º ano. A unidade *O Sujeito e seu lugar no mundo* remete a um pensar geográfico em que o indivíduo se reconhece como transformador do espaço que ele ocupa. O estudante em sua vivência se identifica como integrante deste meio sociocultural e ator que contribui para o processo de transformação do espaço em que se encontra inserido. Em *Conexões e Escalas*, é possível estabelecer relações de conectividade socioespacial, ou seja, o estudante vai ter a possibilidade de identificar que o mundo em que ele se insere pode ser representado em escalas diferentes, estabelecendo relações dinâmicas socioespaciais.

Ao fazer as leituras e interpretações de mundo, o estudante tem a condição de vislumbrar possibilidades reais de se inserir no *Mundo do Trabalho* – unidade na qual a construção de seu projeto de vida corrobora para a afirmação do mesmo no mercado de trabalho. Na unidade temática *Formas de Representação e Pensamento Espacial*, são estabelecidas relações de localização e situação relacional no espaço. O estudante é conduzido a fazer a análise entre o processo de transformação espacial e seu papel enquanto sujeito de direito ao se localizar/situar-se neste espaço. A unidade temática *Natureza, Ambientes e Qualidade de Vida* ressalta a importância de, ao se inserir nesse espaço produzido, o sujeito ser corresponsável pela conservação de seu meio natural e pelos diversos ambientes modificados, bem como pelo zelo da boa qualidade de vida na sociedade.

Essas Unidades Temáticas caracterizam-se por apresentar uma metodologia da prática pedagógica que permeia o currículo de forma horizontal e vertical. Com isso, assegura aos estudantes a possibilidade de contemplar e/ou resgatar as habilidades em construção, caracterizando um currículo flexível que garante o direito de aprendizagem de todos.

A Cartografia se apresenta a partir de uma unidade temática desde o 1º até o 9º ano. Por meio de uma metodologia em que a prática perpassa as demais unidades, o estudante é conduzido de um processo de alfabetização cartográfica até a leitura, interpretação e construção de mapas com a perspectiva de localizar e

compreender as formas pelas quais a sociedade organiza seu espaço geográfico (ALMEIDA e PASSINI, 2010).

O sujeito de direito, conforme garantida a aprendizagem da leitura do mundo, é conduzido a pensar espacialmente e a desenvolver o raciocínio geográfico por intermédio de conceitos que remetem aos princípios gerais da Ciência Geográfica: comparação entre fenômenos de mesma ou de natureza diversa; interação entre fenômenos; diferentes localizações de objetos no espaço geográfico e distribuição dos objetos no espaço a partir de um ordenamento territorial.

Portanto, o componente curricular Geografia, a partir de suas competências específicas, tem a finalidade de levar o estudante a desenvolver autonomia para estimular o senso crítico; entender a interação sociedade/natureza; compreender e aplicar o raciocínio geográfico; fazer uso da linguagem cartográfica e iconográfica; utilizar-se do método científico; construir argumentos com base em informações geográficas, considerando aspectos relevantes relacionados às novas tecnologias (geoinformação, internet, etc.) e praticar princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

Para garantir o desenvolvimento das competências específicas, o componente curricular de Geografia apresenta um conjunto de habilidades que estão diretamente relacionadas a diferentes objetos de conhecimentos que remetem a situações geográficas. Essa forma de articulação entre competências, habilidades e objetos de conhecimento possibilita a articulação horizontal e vertical, contemplando a continuidade de experiências e preservando as especificidades dos anos iniciais e finais do ensino fundamental.

4.1 GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

O processo de formação do raciocínio geográfico do estudante, nos anos finais, caracteriza-se pela necessidade de transpor ações do cotidiano, já apreendidas pelo estudante nas séries iniciais, para a criação de situações geográficas historicamente construídas. Dessa forma, o estudante vislumbra um horizonte possível como protagonista de um processo de transformação do espaço enquanto território usado - espaço da ação concreta e das relações desiguais de

poder, considerando também o espaço virtual proporcionado pela rede mundial de computadores e das geotecnologias.

No sexto ano, o estudante é conduzido a pensar o espaço geográfico a partir de sua inserção nos lugares de vivência e compreensão de sua integração nos diferentes e diversos grupos sociais. Nesse momento, é importante que o estudante se localize nesse espaço a partir da compreensão de fenômenos físico-naturais e das disputas por recursos e territórios. Dessa forma, ressalta-se a importância do mapa temático como linguagem direcionada para apropriação das dinâmicas socioespaciais que expressam conflitos entre modos de vida das sociedades originárias e/ou tradicionais, bem como o entendimento dos conceitos de paisagem e transformação do espaço.

No sétimo ano do Ensino Fundamental, o estudante é direcionado a trabalhar com o conceito geográfico de Região, objetivando identificar e analisar o processo de formação do território brasileiro e, a partir de múltiplas escalas e suas conexões, compreender como esse processo de configuração do território influenciou a formação socioespacial da América Latina e da América Portuguesa em especial. Espera-se que os estudantes compreendam e relacionem as possíveis conexões existentes e as múltiplas escalas de análise, bem como entendam a dinâmica socioespacial e os usos desiguais do território brasileiro.

No oitavo ano, ressalta-se o caráter da mudança de escala das análises e leituras socioespaciais às quais o estudante é conduzido. Sendo assim, as situações didáticas são criadas de forma a contemplar, de forma mais aprofundada, os conceitos de território e região, regionalizando pelo estudo dos continentes e compreendendo os processos de formação dos estados nacionais. Nesse sentido, aplicam-se processos de interpretação do espaço geográfico a partir da análise de índices de desenvolvimento, tais como GINI e IDH, e aspectos socioambientais a título do saneamento ambiental, moradia, entre outros. Segundo a BNCC:

Considera-se que os estudantes precisam conhecer as diferentes concepções dos usos dos territórios, tendo como referência diferentes contextos sociais, geopolíticos e ambientais, por meio de conceitos como classe social, modo de vida, paisagem e elementos físico-naturais, que contribuem para uma aprendizagem mais significativa, estimulando o

entendimento das abordagens complexas da realidade, incluindo a leitura de representações cartográficas e a elaboração de mapas e croquis (2017, p.381).

No último ano do ensino fundamental, o estudante analisa e realiza as leituras de mundo a partir de propostas com vistas a compreender a nova (des)ordem mundial e a emergência da globalização/mundialização. Entender a dimensão sociocultural e geopolítica da Eurásia na formação e constituição do estado Moderno e nas disputas territoriais possibilita uma aprendizagem com ênfase no processo geo-histórico, ampliando e aprofundando as análises geopolíticas por meio das situações geográficas que contextualizam os temas da Geografia regional (BNCC, 2017).

Busca-se, portanto, nesse movimento de consolidação do processo formativo do estudante que o mesmo possa ser capaz de compreender o mundo em que vive em diferentes escalas de análise, desde o lugar de vivência até o mundo globalizado. Utilizando-se de um instrumental estritamente da Geografia, ele será capaz de configurar o seu raciocínio geográfico para a construção e o entendimento de seu projeto de vida. Poderá atuar de forma determinante no espaço em que vive e que constrói/transforma. Será capaz de configurar não apenas seu território, seu processo de formação e suas territorialidades exercidas, mas também e, fundamentalmente, os processos de transformações socioespaciais e as possíveis alternativas dentro do raciocínio geográfico.

4.2 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE GEOGRAFIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.

2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.

3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.
4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.
5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional; avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.
6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro sem preconceitos de qualquer natureza.
7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários

Secretaria
de Educação



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCCO**
ESTADO DE MUDANÇA

ORGANIZADOR CURRICULAR TRIMESTRAL

GEOGRAFIA

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS



ORGANIZADOR CURRICULAR POR TRIMESTRE

6º ANO

6º ANO – 1º TRIMESTRE

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
O sujeito e seu lugar no mundo	Identidade sociocultural no espaço vivenciado	Paisagens: modificações e transformações; Lugar: modificação, (trans)formação e utilização; Espaço geográfico: agentes naturais e humanos; Povos originários: formas de utilização da natureza; Povos originários: relações entre agentes sociais; Diversidade cultural.	(EF06GE01PE) Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos e espaços como resultante de interações entre os agentes naturais e humanos responsáveis pela produção e organização do espaço geográfico; (EF06GE02PE) Conhecer e analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários das diversas localidades, visando compreender as relações estabelecidas entre os diferentes agentes sociais que revelam formas e interesses distintos para utilização da natureza e organização da vida em sociedade;
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Biodiversidade e ciclo hidrológico	Uso do solo: rotação de culturas, terraceamento, aterros, curvas de nível, etc; Recursos hídricos: apropriação, consumo, vantagens e desvantagens; Recursos hídricos: sistema de irrigação, tratamento e rede de distribuição, etc.;	(EF06GE10PE) Explicar as diferentes formas de uso do solo (rotação de culturas, terraceamento, aterros, curvas de nível, etc.) e de apropriação dos recursos hídricos (sistema de irrigação, tratamento e redes de distribuição, etc.), bem como suas vantagens e desvantagens em diferentes épocas e lugares, visando atender interesses distintos de diferentes formas de organização do espaço geográfico;
Formas de representação e pensamento espacial	Fenômenos naturais e sociais representados de diferentes maneiras	Linguagem cartográfica; Escala gráfica; Escala numérica; Mapas; Elementos do mapa: título, legenda, fonte; Rosa-dos-ventos;	(EF06GE08PE) Medir e relacionar distâncias na superfície pelas escalas gráficas e numéricas dos mapas e identificando e compreendendo seus demais elementos dos mapas (título, legenda, rosa-dos-ventos, fonte), coordenadas geográficas;

		<p>Coordenadas geográficas.</p> <p>Linguagem cartográfica; Localização e orientação; Mapas; Representações cartográficas; Projeções cartográficas; Escala.</p>	<p>(EF06GE09PE) Elaborar modelos tridimensionais, blocos-diagramas e perfis topográficos e de vegetação inclusive para estudantes com necessidades educacionais específicas, visando à representação de elementos e estruturas da superfície terrestre;</p>
6º ANO – 2º TRIMESTRE			
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
Conexões e escalas	Relações entre os componentes físico-naturais	<p>Movimentos da Terra; Tempo atmosférico; Clima: tipos e elementos; Zonas climáticas da Terra; Mudanças climáticas; Fatores da dinâmica climática: atmosfera, criosfera, biosfera e radiação solar; Climas do Brasil; Ciclo da água; Usos da água no ambiente urbano e rural; Bacias hidrográficas: morfologia; Redes hidrográficas: localização e modelado; Impactos ambientais: no ambiente urbano e rural; Relevo: gênese; Solo: tipos e elementos constituintes; Vegetação: formações.</p>	<p>(EF06GE03PE) Descrever e compreender os principais movimentos do planeta Terra e sua relação com a circulação geral da atmosfera, o tempo atmosférico e os diferentes padrões climáticos existentes no planeta;</p> <p>(EF06GE04PE) Descrever o ciclo da água, comparando o escoamento superficial no ambiente urbano e rural, reconhecendo os principais componentes da morfologia das bacias e das redes hidrográficas e a sua localização no modelado da superfície terrestre e da cobertura vegetal, reconhecendo as diferentes formas de utilização desse recurso como resultado do uso e os impactos provocados nos ambientes urbanos e rurais;</p> <p>(EF06GE05PE) Relacionar padrões climáticos, tipos de solo, relevo e formações vegetais nas diferentes zonas térmicas do planeta, como fruto da dinâmica entre os elementos naturais que compõem o espaço geográfico e que são responsáveis pela existência de diferentes paisagens do planeta;</p>

Natureza, ambientes e qualidade de vida	Biodiversidade e ciclo hidrológico	Interações da sociedade com a natureza; Biodiversidade: distribuição dos componentes físico-naturais; Uso sustentável das bacias hidrográficas; Transformações nos ambientes urbanos e rurais.	(EF06GE11PE) Conhecer e analisar distintas interações das sociedades com a natureza, com base na distribuição dos componentes físico-naturais, incluindo as transformações da biodiversidade local e do mundo, resultantes do modelo capitalista; (EF06GE12PE) Identificar o consumo dos recursos hídricos e o uso sustentável das principais bacias hidrográficas no Brasil e no mundo, enfatizando as transformações nos ambientes urbanos e rurais;
Formas de representação e pensamento espacial	Fenômenos naturais e sociais representados de diferentes maneiras	Latitude, longitude; Meridianos; Coordenadas geográficas; Fuso horário.	(EF06GE09APE) Identificar e compreender os diversos fusos horários, caracterizando a variação das horas na superfície terrestre e suas implicações nos estudos cartográficos;
6º ANO – 3º TRIMESTRE			
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
Mundo do trabalho	Transformação das paisagens naturais e antrópicas	Transformação das paisagens: características e trabalho humano; Agricultura: desenvolvimento; Pecuária: desenvolvimento; Processo de industrialização: dinâmica social e econômica; Modos de produção: socialista, capitalista; Surgimento das cidades: interesses e organização socioespacial.	(EF06GE06PE) Identificar as principais características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização, como resultado de interesses distintos e que refletem a dinâmica da sociedade e da economia atendendo a lógica de um determinado modo de produção; (EF06GE07PE) Conhecer e explicar as mudanças na interação humana com a natureza e o surgimento das cidades, a partir de necessidades e diferentes interesses resultando nas formas distintas de organização socioespacial;
Natureza,	Atividades humanas e	Dinâmica climática: ilha de calor, inversão	(EF06GE13PE) Conhecer, compreender e analisar

<p>ambientes e qualidade de vida</p>	<p>dinâmica climática</p>	<p>térmica, efeito estufa, destruição da camada de ozônio e chuva ácida e alterações na amplitude térmica;</p> <p>Impactos socioambientais;</p> <p>Qualidade de vida.</p>	<p>consequências, vantagens e desvantagens das práticas humanas na dinâmica climática (ilha de calor, inversão térmica, efeito estufa, destruição da camada de ozônio e chuva ácida e alterações na amplitude térmica), como resultado da interação entre os agentes sociais e econômicos buscando atender a diferentes interesses tendo como consequências impactos socioambientais que influenciam na qualidade de vida;</p>
<p>Formas de representação e pensamento espacial</p>	<p>Fenômenos naturais e sociais representados de diferentes maneiras</p>	<p>Linguagem cartográfica; Localização e orientação; Mapas; Representações cartográficas; Projeções cartográficas; Escala.</p>	<p>(EF06GE09PE) Elaborar modelos tridimensionais, blocos-diagramas e perfis topográficos e de vegetação inclusive para estudantes com necessidades educacionais específicas, visando à representação de elementos e estruturas da superfície terrestre;</p>

ORGANIZADOR CURRICULAR POR TRIMESTRE

7º ANO

7º ANO – 1º TRIMESTRE			
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE

O sujeito e seu lugar no mundo	Ideias e concepções sobre a formação territorial do Brasil	Paisagens: estereótipos; Formação territorial do Brasil: processos e estereótipos; Diversidade cultural do Brasil; Região/território/territorialidade; Regionalização do território brasileiro; Organização política e administrativa do Brasil.	(EF07GE01PE) Conhecer e avaliar criticamente, por meio de exemplos extraídos dos meios de comunicação, ideias e estereótipos acerca das paisagens e da formação territorial e cultural do Brasil em diferentes tempos históricos;
Conexões e escalas	Formação territorial do Brasil	Fluxos econômicos; Fluxos populacionais; Formação socioeconômica e territorial do Brasil; Estados e região: características culturais, econômicas e sociais.	(EF07GE02PE) Compreender e analisar a influência dos fluxos econômicos e populacionais na formação socioeconômica e territorial do Brasil, considerando os conflitos e as tensões históricas e contemporâneas, tendo como resultado arranjos espaciais (Estados/Regiões) com características culturais, econômicas e sociais distintos;
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Biodiversidade brasileira	Componentes físico-naturais: caracterização e dinâmica; Biodiversidade: florestas tropicais, cerrados, caatingas mata dos cocais, complexo do pantanal, mangues, campos sulinos e matas de araucárias; Questão ambiental: ação antrópica, conservação e impactos;	(EF07GE11PE) Caracterizar e compreender as dinâmicas dos diferentes componentes físico-naturais no território nacional, bem como os principais impactos causados pelas ações antrópicas, sua distribuição e biodiversidade (Florestas Tropicais, Cerrados, Caatingas, Mata de Cocais, Complexo do Pantanal, Mangues, Campos Sulinos e Matas de Araucária) e a questão ambiental, contribuindo para o entendimento das diferentes paisagens existentes no Brasil;
Formas de representação e pensamento espacial	Mapas temáticos do Brasil	Mapas geoeconômicos; Mapas com informações demográficas; Histogramas; Cartogramas; Tecnologias digitais.	(EF07GE09PE) Interpretar e elaborar mapas temáticos e históricos, inclusive utilizando tecnologias digitais, com informações naturais (biomas), demográficas e econômicas do Brasil (cartogramas), identificando padrões espaciais, regionalizações e analogias espaciais, compreendendo a organização socioespacial no território brasileiro;

7º ANO – 2º TRIMESTRE			
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
Conexões e escalas	Formação territorial do Brasil	Territorialidades de povos e comunidades tradicionais do campo e da cidade; Decreto 6040/2007 – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; Direitos Humanos.	(EF07GE03PE) Conhecer e selecionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos indígenas originários, das comunidades remanescentes de quilombolas, de povos das florestas e do cerrado, de ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades, considerando os diferentes espaços de vivências;
	Características da população brasileira	População brasileira: distribuição e diversidade étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática); Perfil demográfico brasileiro: renda, cultura, qualidade de vida, sexo, gênero e idade; Políticas públicas populacionais.	(EF07GE04PE) Analisar a distribuição territorial da população brasileira, considerando a diversidade étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática), assim como aspectos de renda, cultura, qualidade de vida, sexo, gênero e idade por regiões, visando compreender o atual perfil demográfico brasileiro e a necessidade de mudanças nas políticas públicas que atendem às exigências populacionais do Brasil contemporâneo;
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Biodiversidade brasileira	Unidades de Conservação – Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC); Patrimônio Natural brasileiro; Movimentos ambientalistas.	(EF07GE12PE) Caracterizar, comparar e diferenciar unidades de conservação existentes no Município de residência e em outras localidades brasileiras, com base na organização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e sua importância para conservação e preservação do patrimônio natural brasileiro;
Formas de representação e pensamento espacial	Mapas temáticos do Brasil	Gráficos de barra; Gráfico de setores; Histogramas.	(EF07GE10PE) Elaborar e interpretar gráficos de barras, gráficos de setores e histogramas, com base em dados socioeconômicos das regiões brasileiras e do Estado de Pernambuco;

7º ANO – 3º TRIMESTRE

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
Mundo do trabalho	Produção, circulação e consumo de mercadorias	Período mercantilista; Capitalismo: reflexos no território brasileiro; Mercadoria: produção, circulação e consumo; Impactos ambientais; Riqueza no território brasileiro: distribuição e acumulação; Grupos econômicos: interesses, lucro e acumulação.	(EF07GE05PE) Conhecer e analisar fatos e situações representativas das alterações ocorridas entre o período mercantilista e o advento do capitalismo e seus reflexos no território brasileiro; (EF07GE06PE) Discutir em que medida a produção, a circulação, e o consumo de mercadorias provocam impactos ambientais, assim como influem na distribuição de riquezas e consumo, em diferentes lugares do território brasileiro, atendendo a interesses de grupos econômicos poderosos pautados no lucro e acumulação, gerando uma série de dificuldades para as nações mais pobres;
	Desigualdade social e o trabalho	Redes de transporte nos estados brasileiros; Rede de comunicação nos estados brasileiros; Processos de industrialização no território brasileiro; Processos de urbanização no território brasileiro; Tecnologia: desenvolvimento e inovação; Mundo do trabalho e transformações socioeconômicas; Classes trabalhistas no Brasil: sindicatos, leis trabalhistas, direitos.	(EF07GE07PE) Conhecer e analisar a influência e o papel das redes de transporte e comunicação na configuração do território pernambucano e demais estados brasileiros; (EF07GE08PE) Estabelecer relações entre os processos de industrialização, urbanização e inovação tecnológica com as transformações socioeconômicas do território brasileiro, avaliando os avanços e retrocessos gerados no mundo do trabalho para a classe trabalhadora do Brasil;
Formas de representação e pensamento espacial	Mapas temáticos do Brasil	Mapas viários; Mapas com MTCTI - Meios Técnicos Científicos Informativos; Histogramas; Cartogramas;	(EF07GE09PE) Interpretar e elaborar mapas temáticos e históricos, inclusive utilizando tecnologias digitais, com informações naturais (biomas), demográficas e econômicas do Brasil (cartogramas), identificando padrões espaciais, regionalizações e analogias espaciais,

		<p>Tecnologias digitais.</p> <p>Mapas dos biomas;</p> <p>Mapas com as Unidades de Conservação;</p> <p>Gráficos de barra;</p> <p>Gráfico de setores;</p> <p>Histogramas.</p>	<p>compreendendo a organização socioespacial no território brasileiro;</p> <p>(EF07GE10PE) Elaborar e interpretar gráficos de barras, gráficos de setores e histogramas, com base em dados socioeconômicos das regiões brasileiras e do Estado de Pernambuco;</p>
--	--	---	---

ORGANIZADOR CURRICULAR POR TRIMESTRE

8º ANO

8º ANO – 1º TRIMESTRE			
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE

O sujeito e seu lugar no mundo	Distribuição da população mundial e deslocamentos populacionais	<p>População mundial: distribuição, rotas de dispersão, diversidade;</p> <p>Migração: fluxos, fatores históricos.</p>	(EF08GE01PE) Descrever as rotas de dispersão da população humana pelo planeta e os principais fluxos migratórios em diferentes períodos da história, discutindo os fatores históricos e condicionantes físico-naturais associados à distribuição da população humana pelos continentes;
	Diversidade e dinâmica da população mundial e local	<p>Famílias do município: história;</p> <p>Fluxos migratórios da população mundial: permanências e mudanças nos fluxos migratórios locais;</p> <p>Dinâmica demográfica: aspectos (perfil etário, expectativa de vida, gênero, aspectos étnico-raciais, crescimento vegetativo, mobilidade espacial, etc.);</p> <p>Migração na América Latina: movimentos voluntários e forçados;</p> <p>Migração na América Latina: fatores e áreas de expulsão;</p> <p>Políticas migratórias da região.</p>	<p>(EF08GE02PE) Relacionar fatos e situações representativas da história das famílias do Município em que se localiza a escola, considerando a diversidade e os fluxos migratórios da população mundial, comparando as permanências e mudanças entre os fluxos migratórios locais e mundiais;</p> <p>(EF08GE03PE) Analisar aspectos representativos da dinâmica demográfica, considerando características da população (perfil etário, expectativa de vida, gênero, aspectos étnico-raciais, crescimento vegetativo, mobilidade espacial, etc.);</p> <p>(EF08GE04PE) Compreender os fluxos de migração na América Latina (movimentos voluntários e forçados, assim como fatores e áreas de expulsão e atração) e as principais políticas migratórias da região.</p>

<p>Natureza, ambientes e qualidade de vida</p>	<p>Identidades e interculturalidades regionais: Estados Unidos da América, América espanhola e portuguesa e África</p>	<p>Países e grupo de países da América e África: características populacionais, urbanas, políticas e econômicas; Desigualdades: social e econômicas; Pressões sobre a natureza e suas riquezas: sua apropriação e valorização na produção e circulação; Espoliação dos povos; Antártica: contexto geopolítico, ambiental e territorial;</p>	<p>(EF08GE20PE) Analisar características de países e grupos de países da América e da África no que se referem aos aspectos populacionais, urbanos, políticos e econômicos, e discutir as desigualdades sociais e econômicas e as pressões sobre a natureza e suas riquezas (sua apropriação e valorização na produção e circulação), o que resulta na espoliação desses povos;</p> <p>(EF08GE21PE) Analisar o papel ambiental e territorial da Antártica no contexto geopolítico, sua relevância para os países da América do Sul e seu valor como área destinada à pesquisa e à compreensão do ambiente global;</p>
<p>Conexões e escalas</p>	<p>Corporações e organismos internacionais e do Brasil na ordem econômica mundial</p>	<p>Conceitos: Estado, povo, nação, território, territorialidade, governo e país; Regionalização na América e África; Conflitos e tensões geopolíticas na América e África; Organizações mundiais: ONU, OEA, UNESCO, OMC, Otan, OIT, OCDE, entre outras; Processos de integração cultural e econômica na América e África;</p>	<p>(EF08GE05PE) Aplicar os conceitos de Estado, povo, nação, território, territorialidade, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões na contemporaneidade, com destaque para as situações geopolíticas na América e na África e suas múltiplas regionalizações e consequências a partir do pós-guerra;</p> <p>(EF08GE06PE) Conhecer e analisar a atuação das organizações mundiais nos processos de integração cultural e econômica nos contextos americano e africano, reconhecendo em seus lugares de vivência, marcas desses processos;</p>

<p>Formas de representação e pensamento espacial</p>	<p>Cartografia: anamorfose, croquis e mapas temáticos da América e África.</p>	<p>Representações cartográficas Cartogramas; Mapas temáticos; Mapas esquemáticos: croquis; Anamorfose geográfica;</p>	<p>(EF08GE18PE) Elaborar mapas (mapas tácteis, entre outros voltados para estudantes com necessidades educativas específicas) ou outras formas de representação cartográfica para analisar as redes e as dinâmicas urbanas e rurais, ordenamento territorial, contextos culturais, modo de vida e usos e ocupação de solos da África e América;</p> <p>(EF08GE19PE) Interpretar cartogramas, mapas esquemáticos (croquis) e anamorfose geográficas com informações geográficas acerca da África e América;</p>
---	--	---	--

8º ANO – 2º TRIMESTRE			
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
<p>Conexões e escalas</p>	<p>Corporações e organismos internacionais e do Brasil na ordem econômica mundial</p>	<p>Estados Unidos: geoeconomia e geopolítica; Estados Unidos: relação com China demais países e Brasil; Ordem mundial: Brasil, países da América Latina e da África; Produtos agrícolas: produção e distribuição mundial; Produtos industrializados: produção e distribuição mundial; Brics: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Movimentos sociais brasileiros no campo e na cidade; Movimentos sociais: latinos americanos;</p>	<p>(EF08GE07PE) Conhecer e analisar os impactos geoeconômicos, geoestratégicos e geopolíticos da ascensão dos Estados Unidos da América no cenário internacional em sua posição de liderança global e na relação com a China e demais países com o Brasil;</p> <p>(EF08GE08PE) Conhecer e analisar a situação do Brasil e de outros países da América Latina e da África, assim como da potência estadunidense na ordem mundial do pós-guerra;</p> <p>(EF08GE09PE) Conhecer e analisar os padrões econômicos mundiais de produção, distribuição e intercâmbio dos produtos agrícolas e industrializados, tendo como referência os Estados Unidos da América e os países denominados de Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul);</p>

		<p>Políticas públicas; Regiões de fronteiras do continente latino-americano: conflitos e tensões; Organismos internacionais e regionais: papel e cooperação; Organismos de integração do território americano: Mercosul, OEA, OEI, Nafta, Unasul, Alba, Comunidade Andina, Aladi, entre outros; Etapa de integração dos organismos: área de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união monetária.</p>	<p>(EF08GE10PE) Distinguir e analisar conflitos e ações dos movimentos sociais brasileiros, no campo e na cidade, comparando com outros movimentos sociais existentes nos países latino-americanos, identificando avanços e entraves vivenciados pelos movimentos na elaboração e efetivação de políticas públicas;</p> <p>(EF08GE11PE) Analisar áreas de conflito e tensões nas regiões de fronteira do continente latino-americano e o papel de organismos internacionais e regionais de cooperação nesses cenários;</p> <p>(EF08GE12PE) Compreender os objetivos e analisar a importância dos organismos de integração do território americano (Mercosul, OEA, OEI, Nafta, Unasul, Alba, Comunidade Andina, Aladi, entre outros), considerando as diferentes etapas de integração de cada organismo (área de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união monetária);</p>
<p>Natureza, ambientes e qualidade de vida</p>	<p>Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na América Latina</p>	<p>Países da América Latina: recursos naturais, produção de matéria prima e energia; MERCOSUL: cooperação geopolítica entre países; América Latina: povos, paisagens, geomorfologia, biogeografia, climatologia; Processo de ocupação espacial;</p>	<p>(EF08GE22PE) Identificar os principais recursos naturais dos países da América Latina, analisando seu uso para a produção de matéria-prima e energia e sua relevância para a cooperação e geopolítica entre os países do Mercosul;</p> <p>(EF08GE23PE) Identificar paisagens da América Latina e associá-las, por meio da cartografia e imagens, aos diferentes povos da região, com base em aspectos da geomorfologia, da biogeografia e da climatologia, destacando os fatores que limitam/possibilitam o processo de ocupação espacial;</p>
<p>Formas de representação e</p>	<p>Cartografia: anamorfose, croquis e mapas temáticos</p>	<p>Representações cartográficas Cartogramas;</p>	<p>(EF08GE18PE) Elaborar mapas (mapas tácteis, entre outros voltados para estudantes com necessidades educativas</p>

pensamento espacial	da América e África.	Mapas temáticos; Mapas esquemáticos: croquis; Anamorfose geográfica;	específicas) ou outras formas de representação cartográfica para analisar as redes e as dinâmicas urbanas e rurais, ordenamento territorial, contextos culturais, modo de vida e usos e ocupação de solos da África e América; (EF08GE19PE) Interpretar cartogramas, mapas esquemáticos (croquis) e anamorfose geográficas com informações geográficas acerca da África e América;
----------------------------	----------------------	--	---

8º ANO – 3º TRIMESTRE			
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
Mundo do trabalho	Os diferentes contextos e os meios técnicos e tecnológicos na produção	Desenvolvimento científico e tecnológico; Trabalho: tipos na economia; Organização da economia: espaços urbano e rural da América e da África; Atividades econômicas: processos de desconcentração, descentralização e recentralização; Capital estadunidense, chinês; Regiões econômicas do mundo, destacar o Brasil.	(EF08GE13PE) Analisar a influência do desenvolvimento científico e tecnológico na caracterização dos tipos de trabalho e na economia dos espaços urbanos e rurais da América e da África; (EF08GE14PE) Analisar os processos de desconcentração, descentralização e recentralização das atividades econômicas a partir do capital estadunidense e chinês em diferentes regiões no mundo, com destaque para o Brasil;

	<p>Transformações do espaço na sociedade urbano-industrial na América Latina</p>	<p>Recursos hídricos na América Latina: Aquífero Guarani, Aquífero Alter do Chão, Aquífero Gurgueia, Bacias do rio da Prata, do Amazonas, Bacia do São Francisco e do Orinoco, sistemas de nuvens na Amazônia e nos Andes, entre outros; Gestão e comercialização da água; Grandes cidades latino-americanas: estrutura, dinâmica da população, condições de vida, de trabalho; Indicadores socioeconômicos dos respectivos países; Segregação socioespacial em ambientes urbanos da América Latina; Estudos de comunidades, alagados e zonas de riscos; Movimentos sociais locais.</p>	<p>(EF08GE15PE) Analisar a importância dos principais recursos hídricos da América Latina (Aquífero Guarani, Aquífero Alter do Chão, Aquífero Gurgueia, Bacias do rio da Prata, do Amazonas, Bacia do São Francisco e do Orinoco, sistemas de nuvens na Amazônia e nos Andes, entre outros) e discutir os desafios relacionados à gestão e comercialização da água;</p> <p>(EF08GE16PE) Analisar as principais problemáticas comuns às grandes cidades latino-americanas, particularmente aquelas relacionadas à distribuição, estrutura e dinâmica da população e às condições de vida e trabalho, considerando seus reflexos nos indicadores socioeconômicos dos seus respectivos países;</p> <p>(EF08GE17PE) Analisar a segregação socioespacial em ambientes urbanos da América Latina, com atenção especial ao estudo de comunidades, alagados e zonas de riscos, a partir da atuação dos movimentos sociais locais;</p>
<p>Natureza, ambientes e qualidade de vida</p>	<p>Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na América Latina</p>	<p>Características produtivas dos países latino-americanos: exploração mineral na Venezuela; Agricultura de alta especialização e exploração mineira no Chile; Circuito da carne nos pampas argentinos e no Brasil; circuito da cana-de-açúcar em Cuba; Polígono industrial do sudeste brasileiro, expansão do agronegócio no Centro-Oeste e demais regiões do Brasil, maquiladoras mexicanas, entre outros;</p>	<p>(EF08GE24PE) Analisar as principais características produtivas dos países latino-americanos (como exploração mineral na Venezuela; agricultura de alta especialização e exploração mineira no Chile; circuito da carne nos pampas argentinos e no Brasil; circuito da cana-de-açúcar em Cuba; polígono industrial do sudeste brasileiro, expansão do agronegócio no Centro-Oeste e demais regiões do Brasil, maquiladoras mexicanas, entre outros) e suas implicações socioambientais;</p>

		Impactos socioambientais.	
Formas de representação e pensamento espacial	Cartografia: anamorfose, croquis e mapas temáticos da América e África.	Representações cartográficas Cartogramas; Mapas temáticos; Mapas esquemáticos: croquis; Anamorfose geográfica;	(EF08GE18PE) Elaborar mapas (mapas tácteis, entre outros voltados para estudantes com necessidades educativas específicas) ou outras formas de representação cartográfica para analisar as redes e as dinâmicas urbanas e rurais, ordenamento territorial, contextos culturais, modo de vida e usos e ocupação de solos da África e América; (EF08GE19PE) Interpretar cartogramas, mapas esquemáticos (croquis) e anamorfozes geográficas com informações geográficas acerca da África e América;

ORGANIZADOR CURRICULAR POR TRIMESTRE

9º ANO

9º ANO – 1º TRIMESTRE

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
O sujeito e seu lugar no mundo	A hegemonia europeia na economia, na política e na cultura	Europa: economia, política e cultura; Europa: hegemonia, conflitos, intervenções militares e influência cultural em tempos e lugares diferentes:	(EF09GE01PE) Analisar criticamente de que forma a hegemonia europeia foi exercida em várias regiões do planeta, notadamente em situações de conflito, intervenções militares e/ou influência cultural em diferentes tempos e lugares;
	Corporações e organismos internacionais	Corporações internacionais atuação nos países de origem e em desenvolvimento; Organizações econômicas mundiais atuação nos países de origem e em desenvolvimento; Vida da população nos países de origem e em desenvolvimento: consumo, cultura e mobilidade;	(EF09GE02PE) Analisar a atuação das corporações internacionais e das organizações econômicas mundiais na vida da população em relação ao consumo, à cultura e à mobilidade, tanto nos países de origem quanto nos países em desenvolvimento onde atuam;
	As manifestações culturais na formação populacional	Multiplicidade cultural: escala mundial; Manifestações culturais de minorias étnicas; Direitos humanos: princípios de respeito às diferenças; Paisagens: diferenças; Modos de viver: diferentes povos na Europa, Ásia e Oceania; Identidade e interculturalidade.	(EF09GE03PE) Identificar diferentes manifestações culturais de minorias étnicas como forma de compreender a multiplicidade cultural na escala mundial, defendendo o princípio do respeito às diferenças; (EF09GE04PE) Relacionar diferenças de paisagens aos modos de viver de diferentes povos na Europa, Ásia e Oceania, valorizando identidades e interculturalidades regionais;
Formas de representação e pensamento espacial	Leitura e elaboração de mapas temáticos, croquis e outras formas de representação para	Gráficos: de barra e de setores; Mapas temáticos; Mapas esquemáticos: croquis; Anamorfose geográfica;	(EF09GE14PE) Elaborar e interpretar gráficos de barras e de setores, mapas temáticos e esquemáticos (croquis) e anamorfozes geográficas para analisar, sintetizar e apresentar dados e informações sobre diversidade, diferenças e

	analisar informações geográficas	Projeções cartográficas.	desigualdades sociopolíticas e geopolíticas mundiais; (EF09GE15PE) Comparar e classificar diferentes regiões do mundo com base em informações populacionais, econômicas e socioambientais representadas em mapas temáticos e com diferentes projeções cartográficas;
--	----------------------------------	--------------------------	---

9º ANO – 2º TRIMESTRE			
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
	Integração mundial e suas interpretações: globalização e mundialização	Integração mundial: econômica, política, cultural, social e tecnológica; Globalização; Mundialização.	(EF09GE05PE) Analisar e criticar fatos e situações para compreender a integração mundial (econômica, política, cultural, social e tecnológica), comparando as diferentes interpretações: globalização e mundialização;
	A divisão do mundo em Ocidente e Oriente	Potências europeias; Divisão do mundo: Oriente e Ocidente; Sistema colonial: ação imperialista.	(EF09GE06PE) Associar o critério de divisão do mundo em Ocidente e Oriente com o Sistema Colonial (ação imperialista), implantado pelas potências europeias;

Conexões e escalas

	<p>Intercâmbios históricos e culturais entre Europa, Ásia e Oceania</p>	<p>Eurásia: componentes físico-naturais; Eurásia: determinantes histórico-geográficos da divisão Europa e Ásia; Europa: regionalidades, transformações territoriais, movimentos de fronteira, tensões e conflitos; Ásia: regionalidades, transformações territoriais, movimentos de fronteira, tensões e conflitos; Oceania: regionalidades, transformações territoriais, movimentos de fronteira, tensões e conflitos; Europa – Ásia – Oceania: aspectos populacionais, urbanos, políticos e econômicos; Europa – Ásia – Oceania: desigualdades sociais e econômicas e ambientes físico-naturais.</p>	<p>(EF09GE07PE) Analisar os componentes físico-naturais da Eurásia identificando as inter-relações existentes e os determinantes histórico-geográficos de sua divisão em Europa e Ásia;</p> <p>(EF09GE08PE) Analisar transformações territoriais, considerando o movimento de fronteiras, tensões conflitos e múltiplas regionalidades na Europa, na Ásia e na Oceania, e as consequências para as suas populações;</p> <p>(EF09GE09PE) Analisar características de países e grupos de países europeus, asiáticos e da Oceania em seus aspectos populacionais, urbanos, políticos e econômicos, discutir suas desigualdades sociais e econômicas e pressões sobre seus ambientes físico-naturais;</p>
<p>Formas de representação e pensamento espacial</p>	<p>Leitura e elaboração de mapas temáticos, croquis e outras formas de representação para analisar informações geográficas</p>	<p>Gráficos: de barra e de setores; Mapas temáticos; Mapas esquemáticos: croquis; Anamorfose geográfica; Projeções cartográficas.</p>	<p>(EF09GE14PE) Elaborar e interpretar gráficos de barras e de setores, mapas temáticos e esquemáticos (croquis) e anamorfose geográficas para analisar, sintetizar e apresentar dados e informações sobre diversidade, diferenças e desigualdades sociopolíticas e geopolíticas mundiais;</p> <p>(EF09GE15PE) Comparar e classificar diferentes regiões do mundo com base em informações populacionais, econômicas e socioambientais representadas em mapas temáticos e com diferentes projeções cartográficas;</p>

9º ANO – 3º TRIMESTRE

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CONTEÚDOS	HABILIDADES PE
<p>Mundo do Trabalho</p>	<p>Transformações do espaço na sociedade urbano-industrial</p>	<p>Europa – Ásia - Oceania: impacto do processo de industrialização;</p> <p>impacto na produção e circulação de produtos;</p> <p>impacto na circulação de cultura;</p> <p>mudanças técnica e científicas;</p> <p>transformação no trabalho em diferentes regiões e suas consequências no Brasil.</p>	<p>(EF09GE10PE) Identificar e analisar os impactos do processo de industrialização na produção e circulação de produtos e culturas na Europa, na Ásia e na Oceania;</p> <p>(EF09GE11PE) Relacionar as mudanças técnicas e científicas decorrentes do processo de industrialização com as transformações no trabalho em diferentes regiões do mundo e suas consequências no Brasil;</p>
	<p>Cadeias industriais e inovação no uso dos recursos naturais e matérias-primas</p>	<p>Processo de urbanização;</p> <p>Processo de industrialização;</p> <p>Transformações da produção agropecuária;</p> <p>Desemprego estrutural;</p> <p>Subemprego;</p> <p>Capital financeiro;</p> <p>Sociedade urbano-industrial;</p> <p>Desigualdade mundial;</p> <p>Recursos alimentares;</p> <p>Matéria-prima.</p>	<p>(EF09GE12PE) Relacionar o processo de urbanização e industrialização as transformações da produção agropecuária, a expansão do desemprego estrutural e subemprego, ao papel crescente do capital financeiro em diferentes países, com destaque para o Brasil;</p> <p>(EF09GE13PE) Analisar a importância da produção agropecuária na sociedade urbano-industrial ante o problema da desigualdade mundial de acesso aos recursos alimentares e à matéria-prima;</p>

<p>Natureza, ambientes e qualidade de vida</p>	<p>Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na Europa, na Ásia e na Oceania</p>	<p>Europa-Ásia-Oceania: domínios morfoclimáticos, características físico-naturais, ocupação e uso da terra; Cadeias industriais e inovação; Recursos naturais e fontes de energia: termelétrica, hidrelétrica, solar, eólica e nuclear;</p>	<p>(EF09GE16PE) Identificar, caracterizar e comparar diferentes domínios morfoclimáticos da Europa, da Ásia e da Oceania;</p> <p>(EF09GE17PE) Explicar as características físico-naturais e a forma de ocupação e usos da terra em diferentes regiões da Europa, da Ásia e da Oceania;</p> <p>(EF09GE18PE) Identificar e analisar as cadeias industriais e de inovação e as consequências dos usos de recursos naturais e das diferentes fontes de energia (tais como termelétrica, hidrelétrica, solar, eólica e nuclear) em diferentes países;</p>
<p>Formas de representação e pensamento espacial</p>	<p>Leitura e elaboração de mapas temáticos, croquis e outras formas de representação para analisar informações geográficas</p>	<p>Gráficos: de barra e de setores; Mapas temáticos; Mapas esquemáticos: croquis; Anamorfose geográfica; Projeções cartográficas.</p>	<p>(EF09GE14PE) Elaborar e interpretar gráficos de barras e de setores, mapas temáticos e esquemáticos (croquis) e anamorfose geográficas para analisar, sintetizar e apresentar dados e informações sobre diversidade, diferenças e desigualdades sociopolíticas e geopolíticas mundiais;</p> <p>(EF09GE15PE) Comparar e classificar diferentes regiões do mundo com base em informações populacionais, econômicas e socioambientais representadas em mapas temáticos e com diferentes projeções cartográficas;</p>

PERNAMBUCO

Secretaria
de Educação



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. D. PASSINI, E. Y. **O Espaço Geográfico: ensino e representação**. 15 ed., São Paulo: Contexto, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

CORRÊA, R. L. **Espaço, um Conceito-Chave da Geografia**. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 35.

CASTRO, I. E. **O Problema da Escala**. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 120.

PIAGET, J. **Biologia e Conhecimento**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes: 1996.

VYGOTSKY, L. S. **A formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Orgs. COLE, Michael. ... [et al.]; Tradução: NETO, José Cipolla. BARRETO, Luis Silveira Menna. AFCHE, Solange Castro. 4ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.

FICHA TÉCNICA

COMISSÃO ESTADUAL DE CONSTRUÇÃO CURRICULAR

TITULARES

Ana Coelho Vieira Selva
Frederico da Costa Amâncio
Manuel Messias Silva de Sousa
Maria Elza da Silva
Ricardo Chaves Lima
Sônia Regina Diógenes Tenório

SUPLENTES

Abraão Barbosa da Silva
Arthur Ribeiro de Senna Filho
Cláudia Roberta de Araújo Gomes
Claudison Vieira de Albuquerque
Shirley Cristina Lacerda Malta
Vaneska Maria de Melo Silva

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO CURRÍCULO

Ana Coelho Vieira Selva
(Secretária Executiva de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco)

Sônia Regina Diógenes Tenório
(Vice Presidente da UNDIME/PE)

ARTICULAÇÃO MUNICIPAL

Adriana Maria das Neves

ANALISTA DE GESTÃO

Beatriz Lobato da Silva

COORDENAÇÃO DE ETAPA

José Pereira de Assis Filho
Rosinete Salviano Feitosa

TEXTO INTRODUTÓRIO

REDATORES

Alison Fagner de Souza E Silva
Ana Coelho Vieira Selva
Anair Silva Lince Melo
Ângela Cristina Pascaretta Gallo
Cláudia Mendes de Abreu Furtado
Cláudia Roberta de Araújo Gomes
Dayvi Santos

Durval Paulo Gomes Júnior
Edney Alexandre de Oliveira Belo
Evandro Ribeiro de Souza
Evanilson Alves de Sá
Geny Pereira Mendes
Josebias José dos Santos
Marcos Aurélio Dornelas da Silva

Maria Cândida Sérgio
Maria do Carmo de Oliveira
Maria Jussara de Oliveira
Marieta Pinho Barros
Marinaldo Alves de Souza
Miguel Rodrigues Menino
Naedva Santiago Burgos

ENSINO FUNDAMENTAL

LEITORES CRÍTICOS

Júlio Ricardo de Barros Rodrigues
Rilva José Pereira Uchoa Cavalcanti
Zélia Granja Porto

LÍNGUA PORTUGUESA

REDADORES

Ana Maria Morais Rosa
Bernadete de Andrade Sotero
Danielle da Mota Bastos Alves

Nelino Azevedo de Mendonça
Shirley Cristina Lacerda Malta
Sunnye Rose Carlos Gomes da Silva
Suzana Maria Brainer
Suzane Bezerra de França
Vera Lúcia Braga de Moura
Vitória Teresa da Hora Espar

REVISÃO

Ana Carolina Ferreira de Araújo
Jamersson Marcelino da Silva
Salmo Sóstenes Pontes
Samuel Lira de Oliveira

LEITORES CRÍTICOS

Diego Bruno Barbosa Felix Geam Karlo
Gomes Hérica Karina Cavalcanti De Lima
Jaciera Josefa Gomes
Jailson de Oliveira da Silva
Jailton Ferreira de Oliveira
Jamesson Marcelino da Silva Maria Clara
Catanho Cavalcanti
Maria da Conceição B. de Albuquerque
Maria da Conceição Gonçalves
Maria Luisa Araújo Guimarães
Patrícia Roberta Almeida
Salmo Sóstenes Pontes
Samuel Lira de Oliveira
Sérgio Claudino de Santana
Wanda Maria Braga Cardoso

EDUCAÇÃO FÍSICA

REDADORES

Júlio Ricardo de Barros Rodrigues

Marcel Anderson Ferreira

LEITORES CRÍTICOS

Alexandre Araújo Albuquerque

Ana Paula Leandro

Dayana da Silva Oliveira

Denis Foster Gondim

Fábio Marques Bezerra

Henrique Kohl

Marcos André Nunes Costa

Suelen Wanessa Oliveira

Verônica de Moraes dos Santos

LÍNGUA INGLESA

REDADORES

Adriana Santos Lima

Socorro Regina de Souza Conrado

LEITORES CRÍTICOS

Alexandre José Figueiredo Lippi

Ana Carolina Ferreira de Araújo

Jamesson Marcelino da Silva

Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho

Márcia Telma Pereira da Silva

Maria Valéria Pontes Guerra

Marília Sheyla Domingues G. Yachoua

Rozineide Novaes Ferraz

Vinicius Gomes Pascoa

ARTE

REDADORES

Rafaella de Mélo Cavalcante

Ricardo Luiz da Silva Freire

LEITORES CRÍTICOS

Ana Paula Leandro da Silva

Frederico do Nascimento

Guilherme Panho

Maria Cristina Francelino Sena

Simoni Pimentel Ly

MATEMÁTICA

REDADORES

Fabio Belarmino Bezerra
Mariluce Maria da Silva
Regina Celi de Melo André

LEITORES CRÍTICOS

Abraão Juvêncio de Araújo
Adalberto Teles Marques
Ana Amara da Silva
Anderson Marcolino de Santana
Bruno Simões da Costa Guimarães
Cristiane de Arimatéa Rocha
Demóstenes Soares Pessoa
Fabiana dos Santos Faria
Givaldo da Silva Costa
Iran Rodrigues de Oliveira
Isaías Júlio de Oliveira
Ítalo Moras de Melo Gusmão
Jaelson Dantas de Almeida
José Ivanildo Felisberto de Carvalho
José Ricardo Machado Castro
Lúcia de Fátima Durão Ferreira
Marcelo Câmara dos Santos
Marilene Rosa dos Santos
Miguel Rodrigues Menino
Rosa de Fátima Gomes Cavalcanti

CIÊNCIAS

REDADORES

Jacineide Gabriel Arcanjo
Maria Selma Augusta de Melo
Monica Dias do Nascimento

LEITORES CRÍTICOS

Guilherme de Coimbra Santos
Josefa de Abreu Aguiar Galvão
Maria de Fátima de Andrade Bezerra
Renato Lima da Silva Barros
Sandra Vasconcelos Oliveira Silva
Sueli Tavares de Souza Silva
Suzane Bezerra França

GEOGRAFIA

REDATORES

Carlos Antônio Avelar de Melo
Sônia Magali Alves de Souza

LEITORES CRÍTICOS

Alcione Cabral dos Santos
Gabriela Monteiro Cabral de Arruda
Gisélia Maria Sátiro
Rosalia Soares de Sousa

HISTÓRIA

REDATORES

Maria Lúcia Cavalcante
Wagner Geminiano dos Santos

LEITORES CRÍTICOS

Délio Roberto Freire
Juliana Alves de Andrade
Marta Maria de Andrade Lima
Pablo Francisco de Andrade Porfírio
Pablo Henrique Spíndola Torres
Zuleica Dantas Pereira Campos
Prof. Dr. Erinaldo Vicente Cavalcanti
Prof. Dra. Mariana Albuquerque Dantas

ENSINO RELIGIOSO

REDATORES

Constantino José Bezerra de Melo
Rosalia Soares de Sousa

Wellcherline Miranda Lima

LEITORES CRÍTICOS

Maria da Conceição Barros Costa Lima
Marize Messias Barbosa Ribeiro

Colaboradores

TEXTO INTRODUTÓRIO

Aclécia Alves de Oliveira
Adélia de Assis Mousinho Leite
Adonias José da Silva
Adriana Higino de Oliveira Trovão
Adriana Maria Alves da Silva Lopes
Adriana Rodrigues da Silva
Adriano Ricardo da Silva
Alexsandra Felix de Lima Sousa

Aliny Karla Alves de Freitas Lira
Alyne Roberta Sobral Alves Jacinto
Ana Célia Bulhões de Albuquerque
Ana Cláudia Medeiros Soares
Ana Cristina de Barros Amaral
Ana Cristina de Oliveira Silva
Ana Lúcia Barbosa dos S. Paes de Souza
Ana Lúcia Lopes da Silveira

Ana Maria Xavier de M. Santos
Ana Nery da Silva
Ana Paula de Medeiros Paes
Ana Regina Torres S. Santos
Ana Tereza de Aquino
Anderson Leonardo de Araújo Silva
Andreia Limeira Brito Loiola
Anselmo Aparecido de Lemos
Antonio Carlos Pereira
Aparecida Barbosa da Silva
Áurea Maria Costa Rocha
Avany Pereira Barbosa
Bruno Bezerra dos Anjos
Carla Patricia de Brito Granja
Carlos Eduardo Barbosa Alves
Cícera Cruz Leite Pereira
Cinderlândia Paula Gameleira
Cintia Cristina Targino de Carvalho
Claudete da Silva Barbosa
Cláudia Barroso Silva de Souza Sá
Claudinês de Carvalho Mendes
Cleidimar Barbosa dos Santos
Clemilda Dias de Souza
Darllene Virgínia Ribeiro dos Santos
Dulcinéia Iva da Silva
Edilene Maria Gomes da Silva
Edinéa Barbosa Cordeiro
Edla Soares
Edvania Arcanjo de Nascimento Barros
Egineide Edilene S P de Lucena
Eliete Ferreira Oliveira de Paula
Eliete Marques de Oliveira Souza
Elkydóritt da Silva Santos
Enilson Quintino de Assis
Erk Sonia Alves dos Santos
Evanilson Alves de Sá
Fabiana Moraes Rito
Fabiana Santos Silva
Flávia Veras Pereira Xavier
Francineide de Souza Maia Sá
Francisca de Jesus Flor Pereira
Francismar de Jesus Flor Pereira
Gilvando Gabriel Arcanjo
Gilvania Muniz Oliveira Veloso
Helena Patrícia da Silva C. Albuquerque
Herlan José Tenório Ferreira
Iolanda Maria dos Santos Sá
Iracema Dantas dos Santos Alves
Ivanice Fernandes de Q Viana
Jakeline dos Santos Arcanjo
Janaína Bezerra de Souza
Jeannine Aládia Macêdo dos Santos
Sales
Jerusa dos Santos Moura
Jocileide Bezerra de Oliveira Carvalho
José Ferreira de Castro
José Luciano Tenório da Silva
José Paulino Peixoto Filho
Joseana Feitosa Dantas
Josefa Josiana Bezerra Brito
Joselayne Dayse de Souza Santos
Joselito Alves Arcanjo
Josenilda dos Santos Silva
Josineide Lira Pimentel de Vasconcelos
Josivânia Gomes da S. Nascimento
Jussara Bezerra Mergulhão
Kátia Monteiro da Silva
Laudijany Duarte Ferreira Soares
Lúcia de Fátima Freitas Faelante
Luciano Luíz Lopes

Lucilene Gomes da Silva
Lucimery Cavalcante M. de Oliveira
Lurdinalva Pedrosa Monteiro
Marcia Leocadia D. Amorim Rodrigues
Marcia Peres Alencar Cruz
Marcilene Maria de Lira Siqueira
Margarida Lacerda do Amaral Neta
Maria Alves Galdino
Maria Angélica Alves Dantas
Maria Aparecida Costa da Silva
Maria Aparecida Freire de O. Couto
Maria Aparecida Gomes Ferreira
Maria Claudiana da Silva
Maria Conceição Santos e S. Silva
Maria Cristina do n. Silva Brandão
Maria da Conceição da Silva Pereira
Maria da Glória Carlos de Araújo
Maria de Fátima da Silva Nascimento
Maria de Fátima de Santana
Maria de Fátima dos Santos
Maria de Fátima Ramos de Queiroz
Maria de Lourdes Moura Fonseca
Maria Dilma Marques T Novaes Goiana
Maria do Carmo de Oliveira
Maria do Socorro Batista Duarte
Maria do Socorro de Souza Freire
Maria do Socorro Modesto Valões
Maria do Socorro Valois Alves
Maria Edvânia da Silva Cavalcanti
Maria Erica de Oliveira
Maria Eugenia Nunes Bastos Sá
Maria Eunice de Matos Souza
Maria José da Conceição Silva
Maria José Ferreira da Silva
Maria José Henrique da Silva
Maria Magdala Lima Rodrigues
Maria Nereide Martins Araújo
Maria Rejane Campos Pereira Freitas
Maria Zélia J. de Araújo Galdino
Marileide Rosa de Oliveira
Marilene Rosa dos Santos
Marta Barbosa Travassos
Marta Lúcia Silva de Melo
Marta Maria de Lira
Marta Maria Silva dos Santos
Mayara Cyntia Pereira Mendes
Michelly Silva França Nascimento
Mizia Batista de Lima Silveira
Mônica da Silva Marques
Nádja Cristina Freire
Natsha Ferraz Canto Pessoa de Luna
Nilma Lúcia de Sales Silva
Noêmia Karina Araújo da Silva
Odair José da Silva
Paula Joelma Soares Ferreira
Reginaldo Araújo de Lima
Rilma Lêda Macário
Rivaldo José Barbosa Alves
Rosangela da Costa Castro
Rosileide Gomes Pereira de Melo
Rosilene Braz da Costa
Rosilene Braz da Costa
Sandra Albuquerque de Souza
Sandra de Souza Gusmão
Selma Medeiros de Araújo Aguiar
Silvana Alves Teixeira
Silvana Maria Brainer
Silvia Helena Vasconcelos da Silva
Sílvia Maria Lopes de Oliveira
Simone da Silva Guimarães

Simoni Patrícia Sena da Silva Campos
Sinmonia Ribeiro de Arruda
Solange da Silva Batista Lopes
Sonia Regina Diógenes Tenório
Suelly Bezerra
Sylmara Kélbya Silvestre Wanderley
Tarcísia Rose de Souza Farias

Tayanne Rafaely Lima e Silva
Valdenice da Silva
Valéria Conegundes Barbosa Marques
Valmira Matias da Silva Santos
Vanda Maria Rodrigues Garcez
Veridiana Carvalho de M. e Brito
Vitória Tereza da Hora Espar

LÍNGUA PORTUGUESA

Adailton Brandão de Melo
Adicélia Mércia Araújo
Adriana Henrique Alves Pereira
Adriana Kelly M. Cavalcanti
Aisllane Maraisa A. dos Santos
Alessandra dos Santos Laurindo
Ana Cláudia Medeiros Soares
Ana Freire Vilela
Ana Marcia dos Santos
Ana Maria da Silva
Ana Markdalva Pires de Moura
Ana Paula B. dos A. Lima
Ana Paula Moreira de Albuquerque
Ana Paula Souza Bezerra
Ana Tereza de Santana
Anderson José Alacoque Dias
Andrea Cristina de Santana
Andréa Giordana de C. Barbosa
Andrea Maria da Silva
Andreza Rejane N. O. Souza
Ângela Maria dos Santos
Atalia Barbosa e Silva
Audenice Coelho Cavalcanti
Auriclecia Pereira de Souza
Aurikelly Alves de Paiva Souza

Carla Barbosa de Sá Leal
Cesar Murilo Cordeiro da Silva
Cibele Farias de Araújo
Cícera Freitas Miranda
Cícera Maria de Araújo Santos
Cinthia Henrique Galindo
Cirlyne Rossana do S. V. de Oliveira
Cláudia Nunes de Assis
Clicidauba Farias da Anunciação
Cristiane Severina da Silva
Daniela C. da Silva Ferreira
Daniella Cavalcante Silva
Dayvesson Deleon B. da Silva
Diana Gomes Ferreira
Diana Pereira Costa Alves
Doralice de Miranda Lima
Duciane Maria Guedes
Dulcicleide Maria Bezerra
Edgar José de Barros Dias
Edilene Maria da Silva
Edilma Couto de Miranda Amorim
Edinéia Maria do Bonfim Silva
Edmar Roberto Silva
Edna Batista Siqueira
Edna Maria da Silva Santana

Édna Maria Lira dos Anjos
Eduardo Luís Silva Pina
Elayne Michelle A. Aragão Albério
Elieth Quirino de Sá
Elineide Alves dos Santos
Elineide Pereira Oliveira
Elisiária Maria Gomes de Melo
Elizama de Lima
Elizângela Conceição Lourenço de Gomes
Elizângela Soares do Nascimento
Elyne Paiva de Morais
Emanoel Jackson Lisboa
Emanuel Artur de Albuquerque
Emanuele Ferreira de Melo
Erasmus Carlos Gonçalves Damasceno
Erica Daniela Borba
Eva Coelho Rodrigues de Melo
Ezilda Cavalcanti Vasconcelos
Fábia Soraia Gomes
Fábio Pereira de Lira
Filomena Maria de Souza Yoyô Ferraz
Flávia Cristina dos Santos
Francisca E. Guedes da Silva
Francisca Eleneide de Sá
Francisca Rosselene Rodrigues Coelho
Geam Karlo Gomes
Geysa Lidiane de Lira
Gilka Nascimento de Novaes
Gilsakleide Verissino Ferreira
Girândia da Conceição de Souza Ferreira
Girânia da Conceição de Souza Ferreira
Guiomar Alves de Sá Neta
Helena Santos Freire Lima
Heloisa Helena Gomes Ramos
Hildebrando Lino de Albuquerque
Ieda Alves da Silva Mariano
Inalda Jasmelina da Silva
Ireneide Lucas Santos
Iranilda Maria Ribeiro da Silva
Isabel de Souza Figueirêdo
Ivanice Fernandes de Q. Viana
Ivanilda Cavalcante do Nascimento
Jacira Bezerra Ferraz
Jacilene Gomes de O. Torres
Jacilma Batista de Melo
Jamil Costa Ramos
Jaqueline Gomes da Silva
Jaqueline Sales da Silva
Jarmesson Marcelino da Silva
Jatinan da Silva
Jefferson Alves da Rocha
Jodyza Silvana da Silva
Joelha Gomes da Luz
Joelma de Melo Torres
José Augusto Pereira da Silva
José Bruno da Silva
José Messias Pinto dos Santos
Joseane Maria do Nascimento
Josefa Joelma dos Santos
Josefa Rocha de Souza
Josemar Barbosa de Almeida
Josiane Maria da Silva
Joyce Vieira Galindo
Jucelia Henrique da Silva
Junielson Laurentino Duarte
Karla Magalhães Freitas
Karla Roberta Ferreira da Silva
Katia Simone Rodrigues Pereira Lima
Kleonara Ferreira da Rocha
Kleonara Ferreira da Rocha

Lediana Costa Marques
Ledjane Maria Alves Oliveira
PÁGINA 595
Leutânia Gomes Oliveira
Lilian Jordão Pessoa Duarte
Liliane Alves de Oliveira
Lucia Ribeiro de Vasconcelos
Luciana Cristina Vilarim da Silva
Lucille Maia Batista
Luedna Sheyla C. Cavalcante
Luiz Antonio B. do Nascimento
Lutiane Duarte Souza
Magdalha Gomes Gonçalves
Marcella Cristina Gomes
Marcia Helena de Freitas
Marciana Gomes Falcão Alves
Marcio Alessandro de Melo
Maria Conceição Gonçalves Ferreira
Maria Adriana Moraes da Silva
Maria Andrade da Silva Noia
Maria Aparecida da S Maia Rodrigues
Maria Aparecida de Melo
Maria Aparecida Ferreira da Silva
Maria Aparecida Morato
Maria Betânia da Silva
Maria Cecilia Nunes
Maria Celene Muniz Andrade
Maria da Conceição Borba de
Albuquerque
Maria da Conceição S. Gomes
Maria da Conceição Souza
Maria da Soledade Barbosa
Maria de Fátima R. de S. Marques
Maria de Lourdes Gomes lins
Maria do Carmo Pimentel
Maria do Socorro da Silva Sobral
Maria do Socorro de Sá Pereira
Maria do Socorro Ribeiro
Maria do Socorro Silva
Maria Edilene
Maria Emilia Andrade Rodrigues de Ó
Maria Estelita de Araújo Ferreira
Maria Gorett S. Andrade da Costa
Maria Itamar Gomes
Maria José da S. Baltazar
Maria José da Silva
Maria José Marques Portugal
Maria Laurismar Paulino
Maria Lucia Lira da Silva
Maria Luiza Araújo
Maria Madalena C. de Brito
Maria Maricélia Muniz da Silva
Maria Neuza Leite Herculano Barros
Maria Nubia de Jesus
Maria Rejane da Silva
Maria Santana Aguiar Souza
Maria Selma Nepomuceno da Silva
Maria Simone Araújo de Oliveira
Maria Vaneide de melo Santana
Mariajanete Sousa Silva
Marijane Alves Andrade
Marizelda Inácio Guedes dos Santos
Marleide da Rocha Moura
Marluze de Oliveira Ferro Vianna
Maysa Niedja Guimaraes
Michelle de melo Ferreira
Miriam Alves dos Santos
Mislene dos Sandos Diniz
Mônica Fernanda dos S. Dias
Monica Patricia da Silva pires

Nadja Xavier Silva
Neuza Maria Pontes de Mendonça
Nívea Clea Alves Galindo
Oremir Arruda da Silva
Palmymeque Benicio Cavalcanti
Patricia Roberta A. Almeida
Patricia Roberta Aves Xavier
Paula Cesielle Tenório Ferro de Andrade
Paulo Roberto de Farias Souza
Prisciana Renata Galvão de Oliveira
Raimunda Souza da S. Barros
Ranuze Mercês da Silva
Rejane Silva da Costa
Renato Lira Pimentel
Risonete Barbosa de Assis Souza
Rita Auxiliadora Costa
Rita de Cássia Santana da Silva
Rivoneide Pereira de Souza
Rizolanda Luiza Vauthier
Robério Nunes Cavalcante
Rosa Edite Moreira Gonçalves
Rosemere Gonçalves de Oliveira
Rute Maria da Costa
Salmo Sostenes Pontes
Samuel Lira de Oliveira
Sandra do Socorro Oliveira de Alencar

Sandra Jaciara Lopes
Sandra Monica V. Lima
Shirley Bianca S. D. Vicente
Silma Diniz Bezerra
Simone Aparecida de Sá
Simony de Cácia Arruda
Solange Leite Costa
Stella Marcia de Alencar
Susana Danielle Prado de Andrade
Sydcléide da Silva Novaes
Tâmara Viviane Oliveira
Tamires Cristina Ribeiro
Thais Maria Cecilia
Thaís Maria Ceclia da Paz
PÁGINA 596
Valentins Avelino Viana Neto
Vanderlania Marciana de Souza
Vanúbia Carla da Silva
Verônica de Almeida Calado
Viviane Cristina de Lima Freitas
Viviane da Silva Ferreira
Viviane Maria da Silva
Wagner Alves de Almeida
Wagney Alves de Almeida
William Francisco da Silva
Zildete Aparecida Milfont Modesto

EDUCAÇÃO FÍSICA

Ailton José dos Santos Silva
Alessandra de Oliveira Andrade
Alexandre Ferreira Paes de Lira
Alysson da Rocha Silva
Ana Roberta Wanderley Coutelo
Anderson Viana da Silva

André Correia de Lima Pontes
André Gustavo F. M. de M. Araújo
Antônio Carlos Gomes Martins
Antonio Dionísio Marques
Antonio Francisco do Rêgo Netto
Antonio Gilnadson Lopes de Sá

Aureni Nogueira de Santana
Aurilene de Araújo Galindo
Auzani Alves Ferraz de Castro
Carla Camila S. dos Santos
Cinthia Rafaelly Campos de França
Cláudio Antônio F. de Lima
Cleides Rodrigues de Lima
Clesia Carneiro da Silva
Clovis Artur do Nascimento Júnior
Cristiano Dias de Carvalho
Cristiano Robson Nunes de Melo
Daniel Oliveira de Almeida
Danilo Amaro da Silva
David Alves Torres
David de Lima Ramos
Dayse Lucy Lima Ramos de Meneses
Dêmeson Gomes da Silva
Denilson Rocha de Brito
Diógenes Domingos Vieira
Dojival Pereira da Silca
Douglas Rodrigues Torres
Eder Leite Cardoso Barbosa
Edson Murilo A. de Holanda
Edvânia Barros Correia do Nascimento
Elton Carlos Bezerra Horas
Emmanuela de Lourdes de Araujo Albino
Enaile de Albuquerque Brito
Erasmio Vieira do Nascimento
Fernando de Barros e Silva Júnior
Flávio Henrique de M. S. Chaves
Francisco Eduardo Gomes Mororó
Genival Manoel de Andrade
Geová Barbosa de Oliveira
Geovan Batista da Costa
Geraldo Anacleto da Silva
Girleine Monique de Moraes Silva
Glaucio Ricardo Ribeiro
Hélio Andrade dos Santos
Heloise Manso Ferreira
Henrique Cícero Cordeiro da Silva
Igor Ruan Soares da Silva
Isabella Pedrosa de A. Rodrigues
Isaias Ferreira Tavares
Jameire Mônica da Costa Sousa
Janaína Barbosa de Almeida
Janine Furtunato Q. Maciel
Januce Lima de Carvalho Roseno
João Ferreira Marques Filho
João Victor Tavares Cavalcante
Joelma Dantas Braga
Jonas Rogaciano da Silva
José Carlos do Nascimento
José da Cunha Silva Júnior
José Djailson da Silva
José Evaldo Gomes dos Santos
José Joeldson Gomes
José Maria da Silva Júnior
José Romero de Souza Barros
Juliane Suelen Gonçalves Rabelo Galvão
Júlio Cesar de Lima Barbosa
Julio Cesar Silva Siqueira
Jurandir Francisco da Silva
Karla Emmanuely Alves Santos
Karla Simone de Carvalho Capengue
Kathyússia Dináh Vieira da Silva
Katia Lopes Ferreira
Katuscha Gantois Massa D. dos Santos
Lindinalva Leite Mariano Rodrigues
Luiz Henrique Araújo
Luiza Carla dos Santos

Luziara da Silva Costa
Mallu Dias Soares
Manoel de Queiroz Lima Neto
Marcello Raphael Tavares Martins
Marcelo Menezes de Souza
Maria Betânia Ferreira dos Santos
Maria das Dores Marcolino de Santana
Maria das Dores Marcolino de Santana
Maria Dayse da Silva
Maria de Fátima Veloso Ferreira da Silva
Maria Eduarda Felipe Alves
Maria Eutália Gomes de Matos Mesquita
Maria Solange Nascimento Vilela
Maria Zildaneide Gonzaga
Marinaldo Clébson de Lima e Silva
Marizalva Aguiar de Araújo
Nadja Maria Silva Paulino
Neci Zeferino de Santana Filha
Odair José de Farias Lima
Otaliane Almeida Tenório de Lima
Patrícia Cristina Ferreira Maia
Patrícia Galvão da S. Jota
Patrícia Morgana Andrade Santana
Pedro Botelho de Oliveira
Plinio Raphael Almeida Leite
Pricila de Assis Lima
Rafael Lenilson dos Santos
Rafaelly Teixeira Monteiro
Rayane Thaís Caitano
Rebeka Marina Rocha Sales

Rhandsson Alcântara
Rivone Freitas de Lima
Robson Pedro da Silva
Rosenilda Nunes da Silva Melo
Rosilene Menezes de Castro Barbosa
Sergio Menezes Dias
Silvana Cristina Ramos de Brito Almeida
Simone de Fátima Araújo de O. Figueredo
Sônia Maria de Melo
Suellen Wanessa Oliveira da Silva
Suzana de Souza Ferreira
Suzi Alves Amaro Carneiro
Tatiany Leal Santos
Terezinha Abel Alves
Tiago André Ferreira
Tiago Leite Ramos
Valdemir Almeida Diniz
Valdemir Almeida Diniz
Valdemiro Barros
Valdenice de Melo
Valdir Bezerra da Silva Souza
Valeria Ramos Oliveira de Sousa
Veronica de L. Beltrão de Oliveira Mendes
Verônica de Moraes dos Santos
Verônica Machado Lins
Viviane Maciel de Gouveia
Wanderson Rafael da Silva Gonçalves
Wesley Patric Alexandre Soares
Wilka Aparecida Rodrigues Bezerra
Willyvania Maria da Conceição Fontes
Zelma Vieira Demelo Loureiro Ferreira

ARTE

Adeilza de Souza Ramos
Adriana de Fátima Aguiar Araujo Marinho

Aiane Cristina de Souza Leite
Alex Gomes de Souza Nunes

Aline Cristina dos Santos Magalhães
Ana Lucia Rocha de Souza Godoi
Ana Patrícia Avelino de Souza Barros
Ana Paula Carneiro dos Santos
Ana Paula Leandro da Silva
Anderson Carlos Moura Rodrigues
André Vasconcelos de Arruda
Andrea Karla Lina e Silva
Angelina Bandeira de Sousa Santos
Antero Madureira Ferreira
Antonio Fernando da Silva
Beatriz Cássia da Silva
Carmelúcia Ferreira de Souza
Carmem Maria Soares Galvão
Célia Teixeira Vitor da Silva
Celiane Maria da Silva
Cristiana Maria S. Lopes de Lima
Deyze Alexandrino da Silva
Dulcineide Coelho Bezerra
Edna Alves da Silva Santos
Edna Pereira da Silva Rosa
Edylla Maria Pereira Costa
Elenilda Bezerra da Silva
Eliane Alves de Souza
Elineide Maria Vilela de Melo Silva
Elisafã Menezes Adriano
Elisângela de Moraes Araújo
Elizangela Machado Araújo
Elizângela Paz Paiva
Erissandra Almeida de Melo
Etiene Maria Da S. Souza
Francielba Paiva Leite
Francisco de Assis Gouveia
Francisco Ilacicio Pereira da Costa
Genivalda Bastos da Silva
Giane Siqueira Barbosa Souza
Gielba Lira da Silva
Gilvan Assis de Araújo
Gustavo Rogério S. de Araújo
Iolanda de Barros Silva Tenório
Janaína Vieira I de Santana
Jeandia Yucaid Rodrigues Tenório
Joelma Gonçalves de Melo Vilaça
Joelma Nunes Honorato de Macêdo
José Emanuel de Barros Aquino
José Roberto Barbosa de Amorim
Josefa Andrade do Nascimento
Jussara Bezerra Magalhães
Laize Carla Simoes Pimentel
Laurinalva Maria Pinto Nascimento
Lenira Alexandre de Lima
Lenôra Maria A. S. S. Farias
Lílian Maria Simoni W. de Moraes
Lindinalva Maria Costa Andrade
Lindinalva Vicente de Almeida Santos
Luciana Alves da Silva
Luciana Maria da Silva
Lucicleide Alves Alexandre da Silva
Mabel Milany Leão
Madileine Maria Alves
Maicon Adalberto da Silva Costa
Marcelo Cordeiro de Queiroz
Marcia Alves Silva
Maria Alcione de Siqueira Falcão
Maria Alves Silva
Maria Aparecida Coelho de Araújo
Maria Auxiliadora de Almeida
Maria Betânia da Silva Gomes Pompeu
Maria Celeste de Almeida Sá Barreto
Maria Cilene Belarmino O de Paula

Maria Cristina Francilino Sena
Maria das Graças da Silva
Maria de Fátima Gomes Couto
Maria de Jesus da Silva
Maria de Lourdes Gomes Santos
Maria do Rosário Ferreira de Oliveira
Maria do Socorro Brito de Mendonça
Maria do Socorro Gomes de Lima Lira
Maria Elidiângela da Silva
Maria Ivete de Vasconcelos Camelo
Maria José Pereira Diniz
Maria Lucinete de Oliveira Lima
Maria Madalena Lopes da Silva
Maria Mercês de Oliveira Silva
Maria Naedja Pinheiro de Carvalho
Maria Niédja das Neves Alves
Maria Olívia Pinheiro Evangelista
Maria Rúbia Viana de Freitas
Maria Suely Fonseca do Nascimento
Marileide Esbaltar da Silva
Marlene Barbosa da Silva
Marlene Maria da Silva
Mary Ruth S. Gomes
Neide Gonçalves dos Santos Torres
Otaciana Nogueira Aciole Paulino
Patricia Maria da Silva Santos
Paula Francinete Rodrigues G. Valdevina
Paulo Henrique Phaelante Camara Lima

Pedro Paulo da Silva
Regina Lúcia Viana C. De Souza
Rejane Barros de Albuquerque
Rejane Maria Pereira Antas
Richelly Cavalcanti de Sousa
Rita Maria de Oliveira
Rízia Firmino da Silva Tavares
Rogerio Guimarães de Souza
Ronaldo da Silva
Rosangela de Oliveira
Sandarina Alves Vicente
Sandra Eliene Ferreira Fernandes
Sandra Helena Francelina Vieira
Sélia Maria Lima
Sérgio Douglas Bezerra Martins
Silene da Luz Novaes
Silene Tereza da Silva
Silvia Karla de Souza Silva
Suelma Cristina Bernardo Da Silva
Suely Maria Barbosa
Tania Maria da Silva
Thalita Gabrielle N. Silva
Vanielle Cristina Dourado Borba
Vera Lucia de Sousa Carvalho
Verônica Cristina de Albuquerque Silva
Verônica de Barros Gomes Costa
Verônica Maria Toscano de Melo
Vilma Cavalcante Cordeiro Barbosa
Virginia Cleide Nunes Marques

LÍNGUA INGLESA

Abeval Soares do Nascimento
Adina Pereira de Lima Silva
Adna Rolim Silva

Adriana Mirtes Melo Moura
Albanise Bezerra de Oliveira Santos
Alexandre Lucas da Silva

Ana Clara Alves dos Santos Vasconcelos
Ana Cláudia dos Anjos
Ana Paula de Sousa
Ana Virgínia Silva de Souza Coutinho
Andrea Karina Nascimento de Miranda
Andrea Karlla de Souza Gomes
Andrezza Ferreira de Souza
Ângela Maria dos Santos
Antônio Marcos de Sales
Carla Mary dos Santos Barros
Carla Zaíra Martins de Mélo Siqueira
Carlos Henrique de Oliveira Lopes
Carlos José da Silva
Cícera Maria de Araújo
Cícera Maria Freire Cavalcanti
Cizeleide Inácio da Silva
Cledmma Maria S. M. D. de Moraes
Danuza Kryshna da Costa Lima
Dayse Manuela da Silva
Deborah A Barros Leal
Deise Alves Diniz
Délvia Cristine Araújo dos Santos
Dimison Cesar Vieira Gomes
Dvanete Nunes Barros
Ecia Mônica Leite de Lima Freitas
Edjane Silva de Lima
Edvânia Lúcia da Silva Freire
Eliane da Silva Brito
Ellen Cristina Carneiro
Emanuela Joana S. Souza
Erica Rosangela de Lima Pereira
Ervaides Icela Rodrigues de Santana
Ezequias Felix de Andrade
Fabiano Severino Monteiro
Flávia de Souza
Franciane Maria Amaral N M Dias
Geórgia Virgínia Lins de oliveira
Gilvano Vasconcelos Neves Pereira
Gisélia Coelho de Castro e Souza
Glauce Lins da Silveira
Heldelene Pereira Rocha Cavalcanti
Heusa Renilde dos Santos Oliveira
Hugo Henrique Pessôa da Silva
Humberta Lucena de Alencastro
Indira de Alencar Araújo
Jamerson Kleber F da Silva
Joelma Paixão de Lima
José Marcelo Saraiva Rufino
José Wilton de Menezes Alves
Josean Santos Ferreira
Josefa da Conceição Marques
Josefa Ivone de Lima
Joseilton Cavalcanti Ferreira
Joselma Paixão de Lima
Josué Gomes
Josué Matias Hilário
Jussiara Maria da Silva Tôrres
Kalmarcos Emanuel Xavier
Karina Costa Lima
Karolaine Xavier de Amorim
Kelly Pereira de Sá Rodrigues
Késia Girlane Santos de Medeiros
Lanirtson Agra Barbalho
Laudicéia de Souza Torres
Lucas de Almeida Cordeiro
Luciana Maria Mendes de Oliveira
Luciana Onofre Silva
Luciano José Pereira
Lucicleide Marinho da Silva
Lucineia Maria Carneiro da Silva Palha

Magali Silva Duarte
Manoel Lopes da Silva Júnior
Manoel Lopes da Silva Júnior
Márcia Candido dos Santos Lima
Márcia Telma Pereira da Silva
Marcílio Bastos Gomes
Maria Andréa Gonçalves de Oliveira
Maria Betania Coelho Soares de Souza
Maria Betânia da Silva Gomes Pompeu
Maria Betânia da Silva Torres
Maria Cristina Xavier
Maria das Graças da Silva
Maria de Lourdes Souza Nunes Silva
Maria do Carmo Cavalcanti
Maria do Socorro Lira
Maria Fabrícia Bomfim da Silva
Maria Helena Lopes de Souza
Maria Isabel B. da Silva Correia
Maria Jane Claudia da Silva
Maria José dos Santos Costa
Maria Juscilene da Silva Delmondes
Maria Lucélia Bezerra Alves
Maria Zoraide Alves de Moura
Marileide Guedes Justino
Marina Soares de Albuquerque C Silva

Mauriceia Helena de Almeida
Maykon Fernando da Silva Almeida
Miguel Orlando Justino da Silva
Monique Mendes de Lima
Natelma Veras Cristovão
Nilma Karlla Cavalcante de Siqueira
Paulo Rodrigo Pereira da Silva
Priscila Magda Gonçalves Anselmo
Rita Márcia Lima Braz
Roberta Maria da Silva Muniz
Rosyelly de Araújo Cavalcante
Rubia Simone de Almeida
Ruthy Freitas Silva
Sandra Valéria de Arruda Santos
Selma Valentim de Lima
Silvânia Irene de Oliveira
Sílvia Leon Ramos Martins
Simone Regina de Moura Borba Queiroz
Sofia Homem de Mello Faria
Suênia Cordeiro Valério
Valdenes Cícero da Silva
Valdete Nunes Xavier
Vanusia Guilherme da S Figueiredo
Vanusia Guilherme da S Figueiredo
Vilma Lucia Pereira Silva da Cruz
Yammy Shirley C. L. da Silva

MATEMÁTICA

Adalberto Teles Marques
Adélio Severino da Silva Junior
Adriana Alves Gondim Pereira
Ailton Gomes da Silva
Alberlins Celestino de Santana
Aleone Sandra Pereira da Silva

Alexandre Medeiros da Silva
Aluisio Miguel de Oliveira
Álvaro Jorge de Assis Bezerra
Amanda Cristina Lourenço da Silva
Ana Amara da Silva
Ana Carolina de Souza Assis

Ana Lúcia Costa Arteiro
Ana Paula Batista Alexandre Silva
Ana Paula Bezerra da Silva
Ana Rosemary Pereira Leite
Anderson Avelino Oliveira Sousa
Anderson Douglas Ferreira da Silva
Anderson Irineu Soares Silva
Anderson Marcolino de Santana
Anderson Renê Alves da Rocha
Andrezza Vicência Rodrigues Sacramento
Antonia Luzimar de Brito Vieira Torres
Aparecida Elzita Pereira dos Anjos
Aparecida Sobral Pereira Félix
Audenice dos Santos Rodrigues
Azenilda S. Araújo
Bethania Souza de Oliveira Silva
Bruno Simões C. Guimarães
Carlos Wilson Pimentel de Lacerda
Celia Maria da Silva Oliveira
Célia Maria da Silva Oliveira
Cibele Vanessa Pereira Figueiredo
Cícera Aline Justino Bezerra
Cícero Vicente de Sena Junior
Claudemir José Gomes da Silva
Cláudia Danielle da Silva Oliveira
Daiane da Silva Tavares
Danniella Patrícia Araújo de Almeida
Dênis de Andrade Santos Cruz
Deuzimar Machado Barroso
Diana Lúcia G. de Lira
Diego José da Silva
Drayton José da Costa
Eber Alberto de França C. e Silva
Edinaldo Daniel da Silva
Elba Poliana Cavalcanti Claudino
Eliana Nogueira Brito Saturnino
Eliane Vieira Galindo
Emanuela Maria dos Satnos
Enilson de Almeida Lima
Erinalva da Silva Bezerra
Ernandes Felix da Silva
Espedito Fidelis de Araújo
Eudes de Andrade Lima
Fabiana dos Santos Faria
Flaveliny Costa da Silva Almeida
Francemary Deyse dos Santos Lima
Francisco Cláudio Batista Ferreira
Francisco de Assis de Souza
Gemima Antonia de Oliveira Dias
Genilson Bezerra da Silva
Genival Gomes de França
George Marcelino Silva
Geraldo Alves da Silva
Gilberto Rodrigues da Silva
Gilson Alves da Silva
Gilvani Marques Pereira
Girlene Pereira da Conceição
Hélio Inácio dos Santos
Hilda Soares de Oliveira
Iarineide Silva Santos Rezende
Inaly Maria da S. Lima
Iraquitan Secundino da Silva
Ítalo Moraes de melo Gusmão
Ivana Maria Ramos Borges Beserra
Izaias de Barros Torres
Izamara Rafaela Ramos
Jacqueline Feitosa
Jailton de Araújo Maciel
Janilton Mendes dos Santos
Jannina Alves de Brito

Jaqueline Genuíno da Silva
Jemima Valentim da S. Belarmino
Jennifer Pereira Freitas da Silva
Joelma Maria Gomes da Silva
Joelsa Melo de Almeida
Joffre Cavalcanti de Albuquerque
Jonas Bertino de Paula
José Cristiano da Silva
José Dionísio de Araújo Junior
José Edivan Braz Santana
José Felix da Silva
José Fernando Barbosa dos Santos
José Luciano Omena de Freitas
José Ricardo Machado Castro
José Robson de Araújo
Joseane Michele Melo Moreira
Josefa Adeilda Batista de Araújo Lopes
Josefa Zeneide de Torres Santos Bezerra
Josilane Maria Gonçalves de Souza
Jucele Carvalho Viana de Santana
Kátia Adriana de Lima Ferraz
Keuma Rejane Brasil Gomes
Leandro Rafael Cunha de Oliveira
Lenilson Felix de Santana
Lígia Vasconcelos de Santana
Lucélia de Sá Vital Carvalho
Luciana da Silva Máximo
Luciana Holanda Gomes
Madalena Maria da Silva
Manoel Marcos de Souza Rafael
Marcela Maria A. Teixeira da Silva
Márcia Rodrigues Belarmino
Marcos Cândido de Andrade
Marcos José da Silva
Maria Alice Vaz França
Maria Augusta Kallene Ferreira
Maria Cilene da Silva
Maria Claudineide N. O. de Sá
Maria das Graças Jacome Vieira
Maria de Fátima Almeida
Maria de Jesus dos Santos Santana
Maria de Jesus Gomes da Cunha
Maria de Lourdes Alves de Queiroz
Maria do Socorro de Sá Tavares
Maria do Socorro Ferreira
Maria Elyara Lima de Oliveira
Maria Emília G. de Melo Nogueira
Maria Florisdete de Menezes Leite
Maria Gorete Lopes de Oliveira
Maria Iraniza de Souza
Maria Josileide da Silva Souza
Maria Luciene da Silva
Maria Madalena Batista B. da Silva
Maria Risoneide Novaes Silva
Maria Socorro Brito de Mendonça
Maria Tereza Justino de Lima
Maria Zivaneide de Carvalho
Marta Michele de Oliveira Lima
Marta Poliana Ferreira dos Santos
Martinele Marinho de França Sales
Mary Feitosa de Lima
Monica Iracy Soares de Moraes
Morelli Soares de Souza Melo
Nadja Cristina Freire de Menezes
Neide Aparecida Rocha Moreira
Pablo Egídio Lisboa da Silva
Pâmela Dayseana Menezes da Silva
Patrícia Moura Pinheiro
Pedro Henrique de Souza Viana
Pedro Manoel de Carvalho Filho

Poliana de Vasconcelos C. Alves

Raynielle Dias Coelho

Renato Duarte Gomes

Ricardo da Silva Farias

Ricardo Felling de L. Gonçalves

Richardson Wilker da Silva Melo

Roberto da Silva

Robson Freitas de Almeida

Robson Soares de Melo

Rochelly de Carvalho Ferreira

Romero Nunes da Silva

Rosa da Silva Gomes Cavalcanti

Rosângela Batista de Carvalho Ramos

Rosanna Jordão Pinto Maranhão

Roseani Maria da Silva

Rosilene da Silva

Rossivando Pereira da Silva

Rozângela Maria dos Santos Maciel

Samuelita de Albuquerque Barbosa

Sandra Mery Acioli Costa

Sarah Alves Campos Pereira

Sergina Maria Xavier Falcão

Sérgio Gomes de Moura

Severina Martins da Silva

Sheila Cristina da Silva

Silvaneide Mendes da Silva Cordeiro

Silvia Cristina F. da S. Santos

Sônia Maria dos Santos Campos Neves

Stael Mesquita Bandeira

Tania Maria de Almeida

Terezinha de Jesus Ferreira C. Muniz

Thiago Alves Cordeiro

Thiago Soares Menezes Lins

Tilma M. O. Leite Calado

Uildo Bezerra de Almeida

Wagner Felipe Brayner da Silva

Walmir Pires dos Santos Neto

Walter de Sousa Pessoa do Nascimento

Wendel Luiz da S. Santos

Wilma Pessoa de Albuquerque Andrade

CIÊNCIAS

Adeilma Teixeira Amorim

Adolfina Assis Arraes

Adriana Cecília Dantas C. S. dos Santos

Adriana Gilvete F. Cavalcante Negromonte

Adriane Risoneide de Almeida Oliveira

Aguida Cristina de Almeida Calado

Alda Marques de Araújo

Aleandro Heitor da Silva

Aleci Calixto Pereira

Alessandra Maria Gomes de Souza Silva

Alessandra Maria Pereira Martins da Silva

Alexsandro Ivanildo da Silva

Álvaro Diangelles Pereira Florentino

Ana Cláudia C. Vasconcelos

Ana Cristina Barbosa de Souza

Ana Lúcia Gomes Cavalcanti Neto

Ana Lucia Leite Cavalcanti de Gois

Ana Maria Soares Silva

Ana Paula da Silva Cajueiro

Ana Paula de Almeida Magalhães

Ana Paula S. G. Santos

Ana Regina Sant'Ana de Oliveira Ferraz

Andrea Cristina Costa do Prado

Andrea Ferreira de Barros

Andrea Patrícia Alves

Andrea Viviane B. da Cunha e Silva

Andreza Estefany da Silva Oliveira
Anne Damiana Araújo Vieira
Arthur Vinicius de O. Marrocos de Melo
Carlos Eduardo da Costa Vieira
Catiana Cavalcante de Barros Silva
Cícera Pereira da Costa Ferraz
Cláudia Maria de Santana Melo
Cleiton Cunha Nascimento
Climeria Beserra Ramalho
Cristineide Teixeira Jorge
Daniel Silva Santos
Débora Ithamar dos Santos Silva
Deilde dos S. S. Higino
Edivaldo Ferreira da Silva
Edna de Almeida Alves
Eliane Carmina de Souza Ferraz
Eliane Fernandes da Gama Dourado
Eliane Ribeiro de O. Lopes
Eliane Romão de Araújo
Elisângela da Silva Araújo Carvalho
Elissandra Ferreira da Gama
Elizabeth Pereira de Medeiros
Fabiana Matias Barreto
Fabricio Barbosa de Aguiar
Felipe de Sousa Ferreira
Filipe Henrique Cabral de Albuquerque
Franciadeline de Souza Oliveira
Gemima Manço de Melo
Geovanna Layme Barretto Lins
Getúlio José de Carvalho Júnior
Gilliard Silva de Assunção
Gilson Alves do N. Filho
Gilvanio Borba de Andrade
Gislaine Luciano Pereira e Silva
Gislainy Daniella da Silva Rezende
Gislânia Cesária Feliz da Silva Lira
Gorete de Fátima F. A. Almeida
Guilherme de Coimbra Santos
Hildelane Pereira de Moura Silva
Hilma Soares Pereira
Ialle Albuquerque Silva Almeida
Ilka Rejane Barros Melo
Irene Carla Gonçalves
Isa Coelho Pereira
Isaac Moizes da Silva Paiva
Isabel Cristina Jacinto
Isis Borba Barros Bacelar de Andrade
Itamar Justo Lucas
Jaciana Patrícia de Oliveira Silva
Jackeliny Cordeiro Peixoto Brito
Jackson Vinícius José da Silva
João Batista Mariano de Melo
Joelma Aline Pereira dos Santos
José Edmar Rodrigues de Magalhães
José Ednaldo da Silva
José Jefferson de Oliveira Silva
José Leandro da Silva
José Osvaldo Silva Cunha
Josemeri Lira Soares
Joyce Marinho da Silva Patriota
Juciane Andresa de Lima Sousa
Juliana Alaíde de Freitas Chagas
Juliana Maria Cavalcanti Barreto
Jussiclecia Pereira de Alencar
Kaline Melo do Nascimento
Karla Lilian da Silva Carvalho
Kátia Barros Cabral dos Santos
Ledjane Maria Alves Oliveira
Ligia Maria da Silva
Lilian Magda da Silva Alves

Lucélia Maria da Silva Borba
Luci Germana da Silva Barbosa
Luciana Martins das Chagas
Luiz Antonio Vasconcelos Gama
Luzinete Umbelina Torres
Macia Sueli da Silva Espinhara
Magda Oliveira Mangabeira Feitoza
Magda Verônica Alves da Silva
Manuel dos Santos Silva
Manuela Moura Costa de Lima
Márcia Maria de Carvalho
Marcos Alexandre de Melo Barros
Marcos Antonio Coelho Júnior
Maria Aparecida Zilma de Souza
Maria Áurea Sampaio
Maria da Conceição Moreno de Andrade
Maria da Conceição Silva
Maria das Graças Nasario Barbosa
Maria do Socorro Almeida de Moraes
Maria do Socorro de Sá Souza
Maria do Socorro Santos Alcântara
Maria Eliane Cândido de Almeida
Maria Helena Souza P. R. Novaes
Maria Jocedilma Antunes de Oliveira
Maria José Brito Silva Crispim
Maria José de Almeida Anjos
Maria José de Andrade Santos
Maria José de Sales Araújo
Maria Josenilda do N. de Souza
Maria Luzia de N. Souza
Maria Marcia Assunção Oliveira Cordin
Maria Mithiê de Moraes Lopes
Maria Nielista A. Souza C. Lima
Maria Roberta de Carvalho Lima
Maria Rubia Viana de Freitas
Maria Vilani Moraes da Silva Sales
Maria Vilma Saraiva de Aquino
Marly Chaves dos Santos
Natieny dos Santos
Niedja Soares de Lima
Niza Pereira Silva da Fonseca
Pablo José da Cunha Melo
Petrônio Franklin Queiroz de Aragão
Quitéria Emília de Melo Gomes
Rejane Alves de Freitas
Rejane Barbosa da Silva
Renato Alves de Lima
Rita de Cássia Araújo Albuquerque
Rita de Cássia do Nascimento
Rosana Rocha do Nascimento
Rosângela Assunção Gomes
Rosangela Moraes da C. Silva
Roseane Gomes da Silva Nascimento
Rosineide da Costa Soares
Rozana Cláudia dos Santos Silva
Rozeli Joele Maciel Sobral Vicente
Sandra Soares da Luz
Shirley Almeida Calado
Silvana Alves de Souza
Silvana Sandra de Souza
Solânia Fernandes Moreira
Sueli Lundgren Austregésilo
Suellen Tarcyla da Silva Lima
Suzana M. de Castro Lima
Theane Karen Leite Barros Medrado
Umberto Maciel dos Santos
Valter Rodrigues de Almeida
Vanessa Lima de Oliveira
Vanusa Alencar Oliveira
Verônica Alves de Almeida

Vivian Albertins de Souza Azevedo

GEOGRAFIA

Acidália Gomes dos Santos Brito
Alcione Cabral dos Santos
Amália Dias dos Santos
Ana Maria da Silva
Andréa Ferreira de Arruda
Andreia Rodrigues de Souza
Andrêza Nailza de Moraes
Angela Maria Brandão de Lima
Anna Kalina B. C. de Melo
Antonia Carmelita Gomes Martins
Antonio Marcos Coutinho
Artemir Monteiro Lima de Almeida
Avreneide de Souza Xavier
Benedita Ângelo Cordeiro Torres
Betania Cristina Santos de Pina
Carline Gisele Pires de Moura
Carmelita Maria da Siva
Carolina Barbosa da Silva
Célia Maria Alves da Silva
Célia Maria dos Santos C. Andrade
Cicera Maria da Silva Alves
Cícera Quitéria de Oliveira Campos
Claudemar Manoel dos Santos
Cláudia Martins de Oliveira
Claudia Ribeiro
Clébson Costa do Nascimento
Dalma de Carvalho Novaes
Daniel Manoel de Oliveira
Danielly Freire de Oliveira
Débora Conceição Gonçalves dos Santos
Denise Maria Guedes Braga
Edeltrudes Cavalcanti de Melo Silva
Edna Maria dos Santos Duarte
Edymarie Lemos da Silva
Elias Ramos
Elizangela Rosa Daniel Oliveira
Emanuela Moreira Tavares
Emanuelly de Alcântara Passos
Érica Vanessa dos Santos
Ezequiel de Paula da Silva
Fabiola Lins Santos
Francisco Macário Araújo de Souza
Genivaldo Batista de Sobral
Georgos de Assunção Santos
Gerlaene Godói da Selva
Giovana Targino Freire Simão
Girláine Godoi da Silva
Ioneide Damasceno Luz
Iranesse Alves da Costa
Janaína Carla Dornelas Rocha
Janaíne José Alves
Janete Lopes Lacerda
Jaqueline dos Santos Silva
João Dyego da Cunha Amaral
João Euzébio da Silva
João Francisco da Silva
João Tavares Marques Filho
Joaquim Batista Silva Santos
Joara Martins Soares
Jódio Antony de Gusmão
Joelma Melo de Almeida
José Alves Honorato Filho
José Antonio Pacheco Neto
José Inaldo de Amorim

Joseildo Cavalcanti Ferreira
Josué Martins da Silva
Jussara Fitipaldy Gomes Silva
Kevelen Daiane da Silva
Lilian Alves Pereira Queiroz
Liliane Maria Freire de Freitas
Lindhiane Costa de Farias
Lindinalva Ferreira de Queiroz
Lucineide Cícera de Souza
Luiz Carlos Nogueira Botelho
Luiz Wanderson Evangelista Silva
Luzia do Socorro Fonseca
Manoel Gilberto da Silva
Marcia Limeira do Amaral Azevedo
Marconi Rodrigues de Lima
Maria Aparecida Freire de Souza
Maria Betania do Nascimento
Albuquerque
Maria Betânia Ferreira da Silva Santos
Maria Bezerra das Neves
Maria das Dôres Florencio de Araújo Silva
Maria das Graças Silva
Maria do Socorro Liberal Souza
Maria do Socorro Santos Cavalcanti
Maria do Socorro Venancio Silva
Maria Eliane dos Santos Oliveira
Maria Fernandes da Silva
Maria Gizelia Pereira de A. Araújo
Maria Goreti Tavares de Moura
Maria Jaqueline Alves Santos
Maria José Leite Brasileiro
Maria Josilma Soares da Silva
Maria Josimere da Silva
Maria Lourdes da Silva
Maria Luciana da Silva
Maria Luciana Martins Ramos
Maria Regicleide Nunes da Silva
Maria Rita da Silva Oliveira
Maria Tyene Eufrásio de Souza
Maria Virginia Virginia da Fonsêca
Maria Wiljânia de Souza
Marianne Rodrigues dos Santos
Marileide Maria da Silva
Marineide de Sousa Alcântara
Marineide Neves O. Assis
Marizalva Ferreira Tavares Lourenço
Marlene de Oliveira Lucas
Miriã Leyne Anunciada Paixão
Monica de Moraes Leite
Mônica Nayaria Araújo Meneses Vieira
Mosa Maria da Rocha
Nelicleide das Neves Santos de Mélo
Niclecia Sirlei Silva Santos da Costa
Olindina Maria Cruz do Nascimento
Paulo Rodrigues da Silva
Rafaell José de Brito Gomes
Railde Costa Silva
Raul Antonio da Silva
Renato de Menezes Pereira
Rita de Cássia Pessoa de Andrade
Rogilda Jorge Nunes
Ronald dos Anjos Silva
Rosangela Ramalho de Oliveira Alencar
Sandra do Nascimento Amaral
Severina José de Souza Freitas
Severino Flávio Pereira do Nascimento
Silvana Maria Nogueira Leite Cabral
Silvio Leandro Alves da Silva
Solange Marla dos Santos
Suzana Georgia Nobrega Farias Alves

Telma Maria da Silva Barbosa
Ubiratan Luiz Vieira Olímpio
Valdivete Guimarães de Souza
Valma Alaena da Silva
Valter Gomes da Silva

Valter José do Nascimento
Vanderlania Freitas de Siqueira
Verailza Maria Monteiro
Verônica Maria Ramos Silveira
Vicente Natanael Lima Silva
Zenildo da Silva Pereira

HISTÓRIA

Adriano Martins de Oliveira
Alba Valéria de Santana
Alison Fagner de Souza e Silva
Allan Melky de Lima
Almir Santos Araújo
Alvaro de Melo Rodrigues
Amarildo Elias das Chagas
Ana Carla Castanha Ferraz
Ana Cláudia de Melo Santos Oliveira
Ana Patrícia de Almeida Brito
André José do Nascimento
Andreia Magalhães Vieira Andrade
Arlenice Barbosa da Silva
Arley Anderson Alves e Silva
Bárbara Maria Gouveia
Benedita Erivangela Lopes da Silva
Carla Barbosa de Lima
Claudia Maristela Tenório de Almeida
Ferro
Clóvis Ferreira Lima
Danielle Berto de Oliveira Melo Moraes
Dayane Mayara Bezerra de Araújo
Délío Roberto Freire
Diego Ramon de Freitas Neves
Edilene Alves dos Santos
Edinaldo do Nascimento Silva
Elanne Karla Bezerra Correia Cavalcante

Eliete Lopes Delmondes Filgueira
Elineide de Arruda Carvalho
Enoque Estevão Gomes
Eridiane Évellin da Silva Lemos Oliveira
Ezir George Silva
Fabiana Christina Couto Barreto de Souza
Fabiana Ferreira
Fábio Carmo dos Santos
Felipe Santos de Lima
Fernanda de Araújo Oliveira
Fernanda Moura dos Santos
Flávia Cordeiro dos Santos
Franciela Quesado Lopes
Francineide Maria de Oliveira
Francisco Ferreira Santana
Gilfrance Rosa da Silva
Givaneide Dionisio Roque
Givanildo Pedro de Lima
Glaucia Maria Lopes Gouveia
Henry Pereira da Silva
Inácio de Loiola da Silva
Ingrid Samiro
Iraci Pereira de Goés
Itamar Glaucio Gomes de Souza
Itamar Reis da Silva
Ivanira Maria da Conceição
Ivanize Giulyane Minervino Ferreira

Ivonete Azevedo Ferreira
Jacira Lourenço Teixeira
Jair Gomes Santana
Jakline Rodrigues Vasconcelos
James Davidson Barboza de Lima
Jamille Barbosa de Moraes
Jara de Lima Alencar
Jerlandia Soares Leal
João Paulo de Lemos
João Tadeu dos Santos
Joelma Maria Raimundo Farias
Joelma Santana do Nascimento
José Ademilton Marinho da Silva
José Claudemiro Vilaça de Lima
José Renato da Silva Feitosa
José Ricardo de Sá Barbosa
José Walter Soares de Oliveira
Josebias José dos Santos
Josefa Geny Pereira Dantas
Josevania Rodrigues Bezerra da Silva
Jucilene Ramos dos Santos
Jucilene Rodrigues Silva
Karla Bárbara Silva de Albuquerque
Kátia Maria Batista da Silva
Katiana Cristina da Silva Gomes
Kerlianny Bezerra da Silva
Kleber Menezes da Silva
Laudenice Maria Silva Santos
Luciene Lopes dos Santos
Luiz Antônio Gonçalves de Lima
Manoel Luís da Silva Neto
Márcia Maria Alves e Silva
Marco Aurélio Gomes de Souza
Marcos Aurélio Dornelas da Silva
Maria Alcione da Silva Santos
Maria Angélica da Silva Trovão
Maria Aparecida Barbosa
Maria Aparecida Martins
Maria Aparecida Pereira Alves
Maria da Conceição de Souza Cruz
Maria da Glória Felix de Santana Xavier
Maria de Fátima dos Santos
Maria de Fátima Soares dos Santos
Maria de Lourdes Ferrão Castelo Branco
Maria do Carmo da Silva
Maria do Carmo dos Santos Rabelo
Maria Edivania Moraes de Souza
Maria Freire da Silva
Maria Gorety Barbosa de Melo
Maria Ivaneide da Silva
Maria Izabel Silva Costa
Maria José dos Santos
Maria José Fideles do Nascimento Silva
Maria José Gomes
Maria José Martins de Queiroz Santos
Maria José Nunes Figuerêdo Silva
Maria Jucicleide Rodrigues Wanderley
Maria Madalena Neta Soares
Maria Neide Bezerra Gondim da Silva
Maria Neuricéia Alves de Mariz
Maria Neuzete dos Santos
Maria Santos Saraiva Barbosa
Maria Sueli Matias da Silva Araújo
Marelça Balbino Cunha de Moraes e Silva
Marivalda Ferreira de Souza
Mariza Branquinho Silva
Martleusa Raimunda da Silva
Mikaele Cristina Marques de Souza
Moacir Freira da Silva
Morôni Laurindo do Nascimento

Natália Kécia Vieira Landim Oliveira
Norma Ferreira Zendron
Pedro Henrique Torquato
Quitéria Chalegre dos Santos Silva
Reginaldo Gomes Salvino
Reginaldo Seixas Fonteves
Ricardo Chaves Lima
Ricardo Domingos da Silva
Ricardo Francisco de Araújo
Rivoneide da Silva Nascimento
Roberto Laurentino de Souza
Rodolfo Barreto de Lima
Romário de Andrade Silva
Romilda da Silva Dória
Rosenilda Nunes da Silva
Rosilene Maria da Silva
Rosimere Nascimento Silva

Sandra Maria da Silva Tenório
Sandra Maria de Silva Araújo
Sandra Santana Freira
Serusa Vidal de Negreiros
Sheila Mayara Ribeiro do Carmo
Sílvia Souza Santos
Sônia Maria Pereira de Lima
Suzete Sueli Pinheiro Campelo
Thereza Cristina Sales Faria
Valdirene Alves dos Santos
Vandivaldo da Costa Piancó
Vera Cheila Lima Nogueira
Vilmar Antônio Carvalho
Waldilma Batista de Santana
Zeranilda C. B. da Costa
Zirneide Correia Aprigio
Zoraylda Maria Carneiro de Almeida

ENSINO RELIGIOSO

Adriana Alvim Vaz
Adriana Patrícia de Oliveira
Alan Bruno Félix de Souza
Aldenice de Souza Araújo
Allan William de França Silva
Amanda Leitão de Mélo Peixoto
Amanda Pimentel Pereira de Carvalho
Ana Cristina de Asevedo Lima Pires
Ana Karla Pereira Andrade Silva
Ana Márcia Sousa Ribeiro
Ana Nery Marques Santana
Ana Paula do Amaral
Andréia Pollyanna dos Santos Calado
Ângela Monteiro Cavalcanti
Antônio Giovanio de Carvalho
Antônio Manuel da Silva Júnior

Cacilda Freire Novaes Bezerra
Carla Rogéria Rosa Ferraz
Carlos Alberto Oliveira da Silva
Carlos Fred da Silva
Cássia Simone Souza C Lima
Cleilson Gomes da Silva
Cleonildes Cordeiro da Silva
Débora Maria Bezerra Gonçalves
Delzuita Campos Dias
Denice Barreto Gomes
Denise Maria da Silva
Diana Maria do Nascimento
Diana Maria do Nascimento
Diogenes de Araújo Ramos
Diogo Pereira de Lucena
Dione Maria dos Santos

Dulcinéia Alves Silva Ribeiro
Edilton da Silva
Edna Maria da Costa Amorim
Ednaldo Francisco Leão da Silva
Ednário Lopes de Oliveira
Elaine Pereira Lopes da Veiga
Elisabete Ramos Magalhães
Elizante Lopes de Araújo Tenório
Ellen Jaqueline Muniz Pessôa
Eva da Fonseca Dourado
Evandro Alvares de Lira
Evaneide Gomes de Sá Silva
Fabiana Casé Malaquias Pontes
Fábio Alixandre Camelo de Lima
Fabíola Marinho Baralho
Francisco Adãomilson Coelho Souza
Gilvaneide Maria Serafim Ferreira
Glória de Souza Silva
Irailda Leandro da Silva
Ivana Carla Soares Pereira
Ivanice Trajano da Silva
Janete Pereira da Silva
Jéfferson Iran de Souza Lima
Jéssica Dayane Eufrásio de Luna
Joana D'arc Bento
José Adriano da Silva
Joseane da Cruz Cardoso do Nascimento
Josefa Pereira da Rocha Paiva
Josefa Rosilane da Silva Xavier
Joselita Alves da Silva
Josenildo Henrique da Silva
Jucileide de A Leite
Jucimeire Gonçalves Feitosa Félix
Juliana Alves Pereira
Leidilma Santos de Oliveira
Leiliane Pereira da Silva
Lúcia de Fátima Honório da Silva
Lucijane Athayde Fonseca
Márcia Barcelos de Oliveira
Márcia Marques de Souza
Marcos Alessandro de Oliveira Galindo
Maria Aparecida Alves da Costa Oliveira
Maria Aparecida da Silva
Maria Auxiliadora dos Santos Souza
Maria Betânia de Oliveira
Maria Cristina do N S Brandão
Maria da Natavidade Freitas Silva
Maria Dalvani Soares da Silva
Maria de Lourdes Leonel da Silva
Maria do Carmo Amaral Pereira
Maria Dolores Ribeiro de Sousa
Maria Izabel Costa Moreira
Maria José da Silva
Maria José Onorato de Melo Araújo
Maria Josévania de A Proxedes
Maria Simone Xavier Santos
Marinês Faustino dos Santos
Marliete Maria de Sousa
Mavíael Maciel da Silva
Milca Cruz Lima
Mônica Adriana Melo França
Oliveira Miguel Antônio de Souza Júnior
Paulo Jorge da Silva
Paulo Manuel Lins
Rejamaría da Mota
Risonete Bezerra Martins
Rosa Maria de Souza Leal Santos
Rosangela Rodrigues de Souza
Roseane Maria Cavalcanti de Almeida
Roseane Ribeiro de Lima

Rosemary Leite de Freitas Almeida
Rosiane Helena da Mata
Rosilene Melânia da Silva
Rosinete Teodora de Lima Santana
Samuel do Nascimento Pereira
Sandra Aparecida Vasconcelos
Soraya de Omena Silva
Soraya Lúcio Silvestre e Silva
Suely de França Silva Albuquerque
Valquíria de Lima Ramos dos Santos
Vandeilson da Silva Santos
Vanuzia Pereira de Macedo Machado
Vera Lúcia dos Santos
Vilma Maria Crispim da Silva
Yeda Luis de Sousa Pereira de Lima

Secretaria
de Educação



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA

PERNAMBUCO